



REPÚBLICA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 117

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em cumprimento ao disposto no art. 62, § 3º da Constituição, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às 21 horas e 30 minutos do dia 20 de setembro do ano em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado, conhecerem os vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

- 1º Nº 72-67 na Câmara e nº 62-67 no Senado, que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1973, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUPENE ou SUDAM. (veto total.)
- 2º Nº 4.866-B-62 na Câmara e nº 109-64 no Senado, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências. (veto parcial.)
- 3º Nº 155-B-67 na Câmara e nº 72-67 no Senado, que acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966. (veto total.)

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 20 de setembro de 1967, às 21 horas e 30 Minutos  
**ORDEM DO DIA**

##### Vetos presidenciais:

- 1º — ao Projeto de Lei nº 72-67, de 1967, na Câmara dos Deputados e nº 62, de 1967, no Senado Federal, que revigora o art. 28 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste) e dá outras providências; (veto total);
- 2º — ao Projeto de Lei nº 4.866-B, de 1962, na Câmara dos Deputados e número 109, de 1964, no Senado Federal, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros Minas Gerais e dá outras providências; (veto parcial);
- 3º — ao Projeto de Lei nº 155-B de 1967, na Câmara dos Deputados e nº 72, de 1967, no Senado Federal que acrescenta um item ao art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas (veto total).

##### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto
2	2º	§ 2º do artigo 2º
3	2º	Artigo 6º
4	3º	Totalidade do projeto

ATA DA 104ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1967  
 1ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 6ª Legislatura  
**PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Silva  
 Oscar Passos  
 Flávio Brito  
 Edmundo Levi  
 Desiré Guarani  
 Victorino Freire  
 José Cândido  
 Sigismundo Pacheco  
 Menezes Pimentel  
 Duarte Filho  
 Dinarte Mariz  
 José Ermirio  
 Leandro Maciel  
 Júlio Leite  
 Aloysio de Carvalho  
 Antônio Baibino  
 Josaphat Marinho  
 Raul Giuberti  
 Aarão Steinbruch  
 Marcello de Alencar  
 Aurélio Vianna  
 Gilberto Marinho  
 João Valladares

## SENADO FEDERAL

Lino de Mattos  
 João Abrahão  
 José Feliciano  
 Pedro Ludovico  
 Fernando Corrêa  
 Bezerra Neto  
 Ney Braga  
 Antônio Carlos  
 Renato Silva  
 Mem de Sá

##### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Senhores Senadores. Havendo número regimental, deixo aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

##### EXPEDIENTE

##### RESPOSTAS A REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

1 — Do Ministro do Interior (Aviso de 12 do mês em curso):

Nº 839 de 1967 — com referência ao Requerimento nº 649 de 1967, do Senhor Senador Desiré Guarani.

2 — Do Ministro da Viação e Obras Públicas (Avisos de 14 do mês em curso):

Nº 602/GM/67 — com referência ao Requerimento nº 650 de 1967, do Senhor Senador Desiré Guarani e

Nº 604/GM/67 — com referência ao Requerimento nº 340 de 1967, do Senhor Senador Raul Giuberti.

##### OFÍCIOS

Do Senhor 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafo dos seguintes projetos:

**Projeto de Decreto Legislativo Nº 35, de 1967**

(Nº 309-B DE 1961, NA CAMARA)

Aprova o texto da Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento, adotado pela Resolução 1.763 (XVII) da Assembleia Geral das Nações Unidas e aberto à assinatura aos 10 de dezembro de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o texto da Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casa-

mento e Registro de Casamento, adotado pela Resolução 1.763 (XVII) da Assembleia Geral das Nações Unidas e aberto à assinatura aos 10 de dezembro de 1962.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

**Projeto de Decreto Legislativo Nº 40, de 1967**

(Nº 11-B DE 1967, NA CAMARA)

Aprova o Acordo Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1935, entre o Brasil e os Países Baixos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o Acordo Cultural celebrado entre o Brasil e os Países Baixos, assinado em Haia, em 12 de outubro de 1935.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Educação e Cultura e de Relações Exteriores.

# Projeto de Lei da Câmara Nº 99, de 1967

CNº 448-B, DE 1967, NA CASA DE ORIGEM)

Concede pensão especial aos doutores Orozimbo Corrêa Neto e Esperidião Gabinio de Carvalho, ex-médicos da antiga Comissão Rondon, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida aos doutores Orozimbo Corrêa Neto e Esperidião Gabinio de Carvalho, ex-médicos da antiga Comissão Rondon, a pensão especial de NC\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos) mensais.

Parágrafo único. Com o falecimento do beneficiário, a pensão reverterá, exclusivamente, em favor do cônjuge sobrevivente.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta dos recursos próprios destinados a pagamento de pensionistas da União e consignados ao orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

# Projeto de Lei da Câmara Nº 101, de 1967

(Nº 453-B, DE 1967, NA CASA DE ORIGEM)

Inclui, na competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, atribuição do extinto Conselho Nacional de Economia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluída na competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral a audiência de que tratam o artigo 39 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e o artigo 2º da Lei nº 4.399, de 29 de agosto de 1964.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

# PARECERES COMISSÃO DE REDAÇÃO PARECER Nº 612, DE 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967 (nº 1.075-B de 1963 na Casa de origem).

Relator: Senador Carlos Lindenberg

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967 (nº 1.075-B de 1963 na Casa de origem); que concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos servidores da União.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — *Bezerria Neto*, Presidente. — *Carlos Lindenberg*, Relator. — *José Guimarães*. — *Antônio Carlos*.

ANEXO AO PARECER Nº 612, DE 1967

Concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União.

EMENDA Nº 1  
(da Comissão de Finanças)

Inclua-se o seguinte

Art. — A transferência de que trata esta lei processar-se-á para

# DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLACIANO GUIMARÃES

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

cargo da mesma denominação do ocupado pelo funcionário à data da promulgação da Constituição do Estado do Acre, respeitadas as promoções a que tenham feito jus na respectiva série de classes e observado o disposto no § 5º do artigo 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, não se considerando quaisquer acréscimos de vencimentos ou reclassificações efetivadas sob a responsabilidade do referido Estado.

# PARECER Nº 613, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1967 (nº 8-B de 1967 na Casa de origem).

Relator: Senador

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1967, (nº 8-B de 1967 na Casa de origem), que aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FIS), assinado em Nova York, em 28 de março de 1963.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — *Bezerria Neto*, Presidente. — *Carlos Lindenberg*, Relator. — *José Guimarães*. — *Antônio Carlos*.

# ANEXO AO PARECER Nº 613, DE 1967

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1967

Aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FIS), assinado em Nova York, em 28 de março de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do artigo 47, item I, da Constituição Federal, o Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FIS) e o Governo do Brasil, assinado em Nova York, em 28 de março de 1963.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está finda a leitura do emendado.

Sobre a mesa, requerimento de informações que serão lidos pelo Senhor 1º Secretário.

São lidos os seguintes

# REQUERIMENTO Nº 783, DE 1967

Requerimento à Mesa, na forma regimental, que se oficie ao Ministério da

Aeronáutica para que se digne informar:

a) qual seria, em média, o aumento percentual sobre os atuais preços das passagens aéreas das linhas domésticas, caso não fosse paga a subvenção federal às companhias de navegação aérea (X NC\$ 25.000.000,00 para 1962);

b) qual seria, em média, o aumento percentual sobre os atuais preços das passagens aéreas das linhas domésticas, caso fossem extintas todas as isenções fiscais federais de que gozam as companhias de navegação aérea referentes às operações que praticam e ao material que empregam (aviões, peças, combustível e lubrificantes entre outros).

Justificativa

Ultimamente, o Poder Público se tem orientado no sentido de que as empresas de transporte operarem de forma a cobrir por completo os seus próprios custos operacionais, sem subvenções nem favores fiscais, de sorte que os próprios usuários do transporte arquem com toda a despesa da utilização do mesmo. Assim é que as tarifas ferroviárias, especialmente das linhas suburbanas, têm sido constantemente reajustadas. A par disso, o transporte aéreo, especialmente utilizado pelas classes pobre e média, tem suas tarifas calculadas e cobradas na realidade, sob o encargo por todos os tributos gerais, especialmente o federal sobre veículos e o imposto único sobre combustíveis que elevam sensivelmente o preço desses produtos. Enquanto isso, as aviação das companhias de aviação, e seus sobressalentes importados, são isentos do imposto federal (IPI) e voam com combustível e lubrificante totalmente dispensados de qualquer tributo. Como a realidade tarifária, nos meios de transporte, não deve ser desigual, ficar adstrita aos transportes terrestres e aquáticos, mas deverá ainda atingir os meios aéreos, de acordo com a política econômica-financeira do Governo, solicitamos as informações em tela para mais perfeito conhecimento do benefício atualmente outorgado a todos os usuários dos transportes aéreos, face às subvenções e isenções tributárias de que gozam as companhias de navegação aérea no setor federal (Leis 1.815, de 18 de fevereiro de 1953 e 4.200, de 5 de fevereiro de 1963 e Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, entre outros).

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Senador *Desiré Guarany*.

# REQUERIMENTO Nº 784, DE 1967

O SR. PRESIDENTE:

Requerimento à Mesa, Excelência na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro da Fa-

zenda, o seguinte pedido de informações:

1º Qual a Lei ou Decreto que fixou o número da série de classes de Assalados Fiscais do Imposto Aduaneiro?

2º Em que Lei se baseou o Senhor Ministro da Fazenda para afirmar a existência de 533 excedentes naquela série de classes?

3º Dos 791 atos de nomeação efetuados até 1963, para o nível 14 da escala série de classes, quantos foram nomeados sem efeito?

4º Dos 791 concursados até 1963, quantos foram exonerados por terem sido nomeados para outras funções ou porque a solicitaram?

5º Se dos 791 atos de nomeação muitos foram tornados sem efeito, persistindo ainda na referida série de classes cerca de 533 excedentes. Por que?

6º Quantos claros existem atualmente nos níveis 13, 14, 16 e 13 daquela série de classes?

7º A partir da homologação do concurso em C-436, em junho de 1962, quantas apresentadoras se foram na referida série de classes? Quantas delas se deram por outros motivos (óbitos, etc.)?

8º Há quantos anos não se efetuam as Promoções naquela série de classes?

9º Existem funcionários com direitos adquiridos de obter uma ou mais promoções naquela série de classes? Quantos são?

10º Por que prevalece a extinção de 430 cargos com base em legislação de 1947 e 1951, segundo o Decreto nº 224, de 1º de junho de 1966 (anexamento definitivo do Ministério da Fazenda (suplemento do D.O.U.), ao invés de determinação no § 1º do artigo 2º da Lei nº 4.345, de 23 de junho de 1964?

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Senador *Lino de Mattos*.

O Senhor Presidente:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte

# REQUERIMENTO Nº 785, DE 1967

Nos termos do artigo 212, letra a, do Regimento Interno, requerimento apresentado nos Anais do Senado, do artigo do jornalista Osvaldo Pires, publicado no Correio da Manhã de 17 de setembro corrente, pela sup. importância, pela análise pontante que faz das "deficiências e distorções do sistema educacional brasileiro com suas implicações no processo de desenvolvimento econômico".

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Senador *Aurélio Viana*, Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia.

O Senhor Presidente:

(Gilberto Marinho) — Há ordens inscritas.

O primeiro é o nobre Senador Josanhat Marinho, a quem dou a palavra.

S. Ex. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa).

S. Ex. não se encontra no recinto.

Tem a palavra o nobre Senador Desiré Guarany.

O SR. DESIRÉ GUARANY:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, de-

sejo registrar o lançamento, pela "Folha de São Paulo", do "Suplemento da Grande São Paulo", que esse jornal está publicando desde domingo, e que irá acompanhar as edições diárias durante dez dias, tamanho é o seu volume: quase quinhentas páginas.

A "Folha de São Paulo" se tem destacado, entre os vários jornais deste País, pela precisão com que vem abordando determinados assuntos em suplementos de grande aceitação, dada a profundidade com que analisa os diversos problemas.

Em 1966, fez um suplemento sobre o Nordeste em que analisou os vários aspectos daquela região e o que o Governo Federal tinha feito para tirá-la da situação de subdesenvolvimento.

Em 16 de abril de 1967, editou um excelente suplemento sobre a Amazônia, suplemento em que todos os aspectos daquela região foram analisados e focalizadas as soluções, já postas em prática para que a região amazônica saia do subdesenvolvimento.

Assinaram os artigos Samuel Bechinel, Djama Batista, Armando Mendes, João Gonçalves de Sousa e Mário Ipiranga Monteiro. Todos homens da Amazônia, ligados ao problema.

Agora a "Folha de São Paulo" está publicando, tendo iniciado na edição de domingo, um repositório de estudos e dados sobre todos os problemas humanos, sociais, econômicos, industriais, políticos e territoriais, todos os aspectos da vida da comunidade paulista, não só da Capital como também dos Municípios que constituem a chamada grande São Paulo. E, tão logo iniciou a publicação desse suplemento, realmente valioso para a comunidade, é para que seja dada uma todos que queiram tomar conhecimento da problemática de São Paulo, está anunciando para o próximo domingo, o suplemento de grande interesse para os que vão acompanhar a reunião do Fundo Monetário Internacional, que se inaugura na segunda-feira no Rio de Janeiro. Vai lançar um suplemento sobre a cooperação internacional do Brasil e do mundo, a respeito do Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, desejo deixar consignado um registro de louvor à iniciativa da "Folha de São Paulo" a respeito dos suplementos já publicados sobre o Nordeste e a Amazônia, e o que está publicando sobre a grande São Paulo, bem como os que já anuncia para focalizar os aspectos da reunião do Fundo Monetário Internacional, a ser inaugurada segunda-feira no Rio de Janeiro.

Desejo ainda fazer pronunciamento a respeito de uma medida que o Poder Executivo acaba de tomar, dentre as muitas que vem tomando sobre este assunto. O Diário Oficial de 13 de setembro publica o Decreto número 61.337, que cria a Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando. Esta iniciativa do Poder Executivo é no sentido de encontrar uma solução para o problema do contrabando no País que, infelizmente, malgrado todas as medidas já postas em prática pelo Governo, vem assumindo, mês a mês, dia a dia proporções gigantescas. Proclama o Governo e o faz em vários considerandos, que o contrabando é problema de interesse nacional e para isto organizou uma comissão de nível que superministerial, constituída de representantes de vários ministérios, do Serviço Nacional de Informações, dos três Ministérios Militares, do Ministério da Justiça, para tentar pôr o país a contrabando que cresce dia a dia no País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, se houver uma disposição firme de combater o contrabando, ele não se tornará tão difícil. Basta lermos, por exemplo, as revistas "Manchete", "Visão", "Fatos & Fotos", onde são vistos anúncios coloridos, de páginas inteiras, sobre marcas de cigarros estrangeiros que nunca tiveram licença de importação, que não têm representantes nem depósitos no País, que aqui não têm comerciantes que os representem. Temos exemplo nas nossas próprias revistas, de anúncios semanais, coloridos, de cigarros estrangeiros não fabricados no País e que não têm importação regular. Se fizermos uma verificação na CACEX, veremos que esta mercadoria não tem condições para entrar no País. Há ainda o setor de tecidos, para cuja importação há muitos anos a CACEX não concede licença. No entanto, as lojas de preço mais elevado exibem tecidos de procedência estrangeira, de preço elevadíssimo, entrados recentemente no País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, fala-se muito de contrabando na Amazônia. Com relação à Zona Franca de Manaus, pretendeu-se caracterizá-la como zona de contrabando. "O Globo" do dia 13 de setembro traz um comentário sobre a Zona Franca de Manaus. E o seguinte:

**"Reforço Para Guerra à Muamba na Amazônia"**

A repressão ao contrabando que é intenso no Norte do País vai receber uma colaboração valiosa, com a autorização dada à Superintendência da Zona Franca de Manaus para efetuar construções, instalar bóias luminosas e tomar outras providências que achar necessárias para a melhor fiscalização dos pontos críticos da quarenta naquela área.

No âmbito de ação da Superintendência — SUFRAMA — foi incluído dispositivo prevendo a participação do novo órgão no combate ao contrabando e dando-lhe para isso a flexibilidade necessária, segundo consta do decreto presidencial que a regulamentação rubricada no Ministério do Interior.

A Zona Franca é uma área de livre comércio de importação e exportação e isenções fiscais, e a SUFRAMA caberá a fiscalização de toda mercadoria que entrar ou sair do porto de Manaus, nacional ou estrangeira.

#### Ação Elástica

Em face das atividades de contrabando existentes na Amazônia, para cujo combate as autoridades responsáveis vêm encontrando certas dificuldades, sobretudo pela deficiência de pessoal e equipamento próprio, cuidou o regulamento da SUFRAMA de proporcionar maior elasticidade à sua ação, ampliando seu trabalho na sua área geográfica.

Desta forma, foi o órgão autorizado a construir aeroportos e portos em locais considerados estratégicos, de modo a facilitar a circulação dos bens e mercadorias legalmente em trânsito para zona, podendo, ao mesmo tempo, constituir-se em poderosíssimo veículo na repressão ao contrabando e desmascaramento. A SUFRAMA poderá, também, instalar bóias luminosas, faróis e demais construções consideradas indispensáveis ao desempenho de suas atividades na zona.

Devido ao fato de que a Zona Franca de Manaus, como se a Zona Franca de Manaus fosse criada, apenas,

para combater o contrabando, quando serve para oferecer melhores condições de vida não somente à população de Manaus, como à de toda a população de Amazônia ocidental.

O contrabandista que quiser colocar suas mercadorias no sul do País — só aí tem e em um pouco a população rarefeita da Amazônia não tem capacidade de consumir mercadorias contrabandeadas — não o faz via Manaus nem via fronteira da Amazônia. Ele o fará diretamente pelos grandes portos e aeroportos. As notícias a que me vou referir ratificam estas conclusões.

O "Estado de São Paulo", do dia 26 de julho, anuncia que, na capital de São Paulo, em duas ruas centrais, foram apreendidos dois contrabandos no valor de sessenta milhões de cruzeiros antigos, enviados pelo porto de Santos.

O "Correio Braziliense" de 14 de setembro noticia:

RIO, 13 (M) — O Serviço de Importação Aérea do Galeão, apreendeu hoje, um contrabando de rádios transistionados de marca "epica", num total de 5 mil aparelhos, em 24 volumes destinados a São Paulo. Os rádios vinham guardados em estoques de couro e segundo ficou apurado estão sendo vendidos na praça a razão de 30 cruzeiros novos cada um, e se deslovam a uma fama "lanasma", cujo nome não figurava na lista Oficial do SIA.

O Sr. José Pereira Campos, chefe do Serviço de Importação Aérea do Galeão, informou a reportagem que, nos últimos meses, vem subindo sua fiscalização em números cada vez significativos, tendo atingido, só no mês de agosto último, a quantidade de 11 milhões de cruzeiros novos, contra 15 milhões em todo o ano do ano passado.

O "Estado de São Paulo" do dia 5 de setembro traz a notícia de um contrabando apreendido no Rio Grande do Sul.

Essa notícia diz o seguinte:

"Ascende a apreensão recente 3 bilhões e meio de cruzeiros antigos de contrabando apreendido sexta-feira à noite no porto do Rio Grande, do Mato Grosso do Sul. Trata-se da maior apreensão já feita no Rio Grande do Sul. Os volumes estavam-se encaminhando a reassaio estrangeiro do Porto Alegre, na Rua Senador dos Passos, 180. A Polícia suspeita de que tal endereço seja fictício, acreditando-se que o destino do contrabando seria São Paulo, para onde deveria ser transportado por rodovia. Foram apreendidos 13.192 rádios portáteis, 1.110 toca-discos, 113 gravadores, televisores, peças de automóveis, 12 caixas de perfume franceses, 3 mil lâminas de barbear, ingerias, calças de lã e casacos de vison, entre outras mercadorias".

Essa notícia foi também reproduzida na "Folha de São Paulo" do dia 5 de setembro, que esclarece:

"que as autoridades acreditam que esse seja um dos maiores contrabandos já descobertos no país.

As declarações contidas nos documentos que acompanhavam os caixões dizem que as mercadorias eram supostas a Confederação Evangelica. Mas só um volume contém roupas; os outros são de contrabando".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há três anos, quando, em virtude de IPM, o fisco federal foi resuscitado, inclusive no setor aduaneiro culpou-se o Fisco, pelo seu desleixo, como responsável por todo o contrabando que havia no país. Era a causa da corrupção culpada. Medidas foram postas em prática através da Lei nº 4.357, que estabeleceu multa pesadíssima e correção monetária para acentuados ilícitos e a Lei nº 4.729, que estabeleceu pena de prisão para os sonegadores e contrabandistas, declarando-se que esses dois instrumentos legais, por si só, a par da organização que se deu ao Departamento Federal de Segurança Pública criando, nesses departamentos, uma divisão de policiais fazendários e um setor especial para combater o contrabando, suplantaram e compensaram a deficiência das repartições, até então mantidas do comércio de contrabando. Entretanto, o que vimos hoje é que o contrabando aumentou lancastamente, em volume e em casos. Os casos a que me referi nos recentes e ocorridos no Galeão, em Santos e no Rio Grande do Sul, nos três maiores estados, Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul. Nesses estados é que se verificam os grandes contrabandos, como o ocorrido recentemente no valor de três e meio bilhões de cruzeiros, volume enorme que poucos importadores têm capacidade de fazer numa importação normal.

No entanto, há uma rede que a organização federal invia pelo Departamento Federal de Segurança Pública, que ficou capacitado tecnicamente, com pessoal e setor específico, para combater o contrabando não conseguiu, ainda, desbaratar essa atividade ilícita.

Essa prova que essas invocações ou seja, a criação de entidade não adequada para cuidar de um problema, grave, como o contrabando, deixando que continuem desaparecendo as repartições específicas — as Alfândegas, que não têm nem lanchas para combater os contrabandistas, que não têm capacidade de movimento, em decorrência do desleixo das autoridades administrativas — não resolve a questão.

As autoridades administrativas procuram constantemente, que querem combater o contrabando. Para tanto, criam órgãos novos, dão umção de simples polícia as Forças Armadas — como ocorreu recentemente em São Paulo — e não conseguem combater o contrabando, deixando os aviões que voam normalmente, saíam às ruas, invadindo e penetrando em apartamentos e residências para combater o contrabando — e nem assim conseguem diminuir o contrabando de mercadorias estrangeiras no País.

Pelo contrário, conforme se depreende dessas notícias, o contrabando tem aumentado em volume, em valor e número de operações, apesar de todo o combate feito pelos órgãos tradicionais do Ministério da Fazenda, que são as Alfândegas, pelos órgãos que se criaram, como a Divisão Fazendária do Departamento Federal de Segurança Pública e com atribuições conferidas à Aeronáutica, em São Paulo, para combater o contrabando, naquela cidade e naquele Estado.

Mas não se trata apenas de contrabando. Sr. Presidente e Srs. Senadores. Tenho, aqui, notícia publicada em "O Estado de São Paulo", edição de 17 de setembro corrente, que diz o seguinte:

#### "SONEGAÇÃO SERIA DE 3 BILHÕES"

A Polícia está procurando localizar um volume de 15 toneladas de "sêlos de controle" para classificar, que o Ministério da Fazenda fornecia a uma indústria

"fantasma" de Curitiba, os quais podem ter sido utilizados para proporcionar sonegação fiscal de ordem de NCrs 3 bilhões. A indústria só existia juridicamente, mas não funcionava. Tudo indica que os selos, em número de 24 mil, teriam sido desviados para outras indústrias de cigarros, as quais se beneficiariam da sonegação, que, a se confirmar, seria o maior crime fiscal até hoje conhecido no País.

A propósito desta notícia, quero comunicar à Casa que uma fábrica de cigarros, que funcionava em Jundiá, está fechada porque não recolhia um centavo de impostos ao Fisco Federal.

A fiscalização do Imposto de Consumo descobriu que essa fábrica vendia todos os cigarros sem nota, ou com notas frias, notas falsas, notas paralelas, não possuía um documento autenticado na repartição, jamais a diretoria dessa indústria a havia procurado. Essa indústria, que não é pequena, toda ela dirigida por estrangeiros, jamais compareceu à Coletoria do Ministério da Fazenda, que fica junto à fábrica.

Portanto, nem pode alegar distância, pois está junto à maior Capital do País, a sua Delegacia Regional de Rendas Internas tem todas as condições para atender aos contribuintes. No dia em que a fiscalização bateu lá, os diretores sumiram por encanto, os empregados deixaram de comparecer e, hoje, a fábrica está fechada, guardada pela polícia, à espera que apareça algum responsável, para que a fiscalização prossiga no seu trabalho.

A fábrica foi criada há poucos anos e não estava pagando um centavo sequer de imposto, nem ao Fisco federal nem ao Fisco municipal, em ritmo que deixa maior margem de lucro no País, com utilização mínima de matéria-prima.

Então, Sr. Presidente, o que desejamos é referir-nos a esses fatos, que reclamam atenção intensa do Executivo. Este tem saído para experiências em planos paralelos, abandonando por completo os órgãos tradicionais do Ministério da Fazenda no combate à sonegação de impostos. Nos últimos anos, foram extinguidas as quotas-partes dos fiscais, sob a alegação de que a Lei de Correção Monetária e a de Sonegação Fiscal, respectivamente de ns. 4.357 e 4.359, eram instrumentos suficientes para amedrontar os maus contribuintes e fazer com que eles comparessem regularmente aos guichês fazendários. Entretanto, o que observamos é que a sonegação cresceu muito mais. Até o começo de 1964, se indicava que a sonegação fiscal no País era da ordem de um trilhão de cruzeiros; hoje, é da ordem de três trilhões de cruzeiros. Triplicou o seu volume, na sua quantidade, no seu valor monetário. Aliás, não é apenas pelo contrabando que a sonegação se registra. Nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba e Porto Alegre, existe um subfaturamento escandaloso, fantástico. Há indústrias renomadas, indústrias de vulto, indústrias de grandes dirigentes, que vendem suas mercadorias, com um faturamento fiscal, para pagamento do imposto, de apenas 1/3 do valor real da operação. A nota fiscal, a duplicata emitida contém apenas 1/3 do valor; os 2/3 restantes são recebidos por fora, sem as operações bancárias.

Isso é comum em muitas indústrias, e os processos existem, nas Recebedorias, em São Paulo, nas repartições fiscais, para comprovar.

Além disso, é comuníssimo o uso de talonários duplos. Há grandes organizações — as pequenas pouco contribuem e, proporcionalmente, pouco sonegam — que têm talonários para-

lelos — um, com as operações que são registradas; outro, com aquelas que deixam de ser registradas, para sonegar o fisco, em todos os setores — o federal, o estadual.

Uma das maiores fábricas da indústria automobilística, por exemplo, está sonegando, com recibos falsos, bilhões de cruzeiros, cobrando do povo num cálculo baseado em uma indicação falsa, de documentação e recibos falsos, dando para a firma uma despesa, que permite escapar ao pagamento do imposto de renda, da ordem de bilhões de cruzeiros.

É uma sonegação fantástica, resultante não de inculcância ou despreparo, nem de ignorância, mas da vontade de deixar de pagar impostos e promover o enriquecimento ilícito de vários setores da economia brasileira que, numa operação comum de comércio e de indústria, não se enriqueceriam de forma tão rápida.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo ressaltar que essas experiências novas do Executivo, em organizações para as aquelas tradicionais, o combate à sonegação e ao contrabando, não têm feito com que isso diminua; pelo contrário, parece até que a sonegação e o contrabando aumentaram depois que o Governo criou novas organizações para combater este crime, esta fraude contra o fisco federal.

O ex-Ministro Roberto Campos disse e afirmou várias vezes, analisando as dificuldades com que implantou a política de combate à inflação, que uma das causas era que muitas empresas se haviam habituadas à evasão fiscal e que isto impediria uma operação de choque na implantação do combate à inflação. Mas os fatos provam que elas ainda estão habituadas, que elas não estavam — elas estão, continuam, permanecem — porque são organizações grandes. Uma fábrica de cigarros não é uma quitanda que vende frutas e mercadorias de valor de pouco valor. Uma fábrica de automóveis é uma das maiores indústrias deste País. Um importador ou um grupo que importa mercadorias no valor de três e meio milhões de cruzeiros novos não é um simples aventureiro, não é um simples pé-rapado que está como camelo vendendo a sua mercadoria na beira da calçada; é uma organização comercial muito grande, é um interesse comercial muito grande em jogo e que escapa às nossas percepções de homens acostumados simplesmente ao manuseio do dinheiro de salários. É um volume de dinheiro que escapa à imaginação de muitos brasileiros.

Um simples contrabando no valor de três e meio bilhões de cruzeiros, vinha destinado à Federação Evangélica do Brasil, estabelecida com endereço numa das ruas de Porto Alegre.

Então, o que desejamos ressaltar ao Governo que baixou o Decreto-lei nº 61.337 no sentido de instituir mais uma comissão de combate ao contrabando, é que torne a dirigir suas vistas aos órgãos tradicionais do Ministério da Fazenda que estão materialmente não têm recursos para combater esse contrabando e essa sonegação.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. DESIRE GUARANI — Com satisfação, Senador.

O Sr. José Ermírio — O contrabando por meio de importação e contrabando por meio de exportação realmente, significa para esta Nação um volume extraordinário de dinheiro e que, segundo consta, vai a três trilhões de cruzeiros e talvez mesmo ultrapasse a isso porque não sabemos o valor do ouro, do diamante,

enfim dos metais preciosos que estão saindo pelas nossas fronteiras diariamente. Tudo isso, então, requer que o Governo, com toda a urgência, crie normas definitivas, castigando esses homens que dilapidam a Nação e dando ao País condições para ter um Orçamento equilibrado sem precisar de aumentar os impostos.

O SR. DESIRE GUARANI — As leis existem, nobre Senador. A Lei nº 4.729, de 1965, de iniciativa do Poder Executivo, estabelece pena de prisão para todos aqueles que usam documentos falsos para todos aqueles que fazem contrabando, para todos aqueles que comerciam com mercadorias contrabandeadas. Mas antes mesmo de essa lei entrar em execução, conforme já me referi e, discurso pronunciado aqui na semana passada, o próprio Executivo propôs uma anistia para os que infligiram a lei que ele próprio criou. Além disso, o próprio Poder Executivo já amenizou esta lei de sua iniciativa, dando condições aqueles que foram enquadrados, como criminosos na lei dos Crimes contra a Fazenda Nacional, de fugirem a toda e qualquer incriminação penal, regularizando os próprios processos lavrados pela fiscalização. O que falta é executar as leis que existem, executar essas leis dando aos órgãos tradicionais do Ministério da Fazenda os instrumentos de trabalho necessários para sejam elas aplicadas em toda sua plenitude.

Não há necessidade de criação de órgãos paralelos, comissões ou repartições novas. Não há necessidade de desviar os valiosos oficiais da Aeronáutica, fazê-los descer de sua grande missão de altos vãos nos céus do País e invadirem residências, fundos de quintais, penetrando até na intimidade dos lares para fazer de mercadorias. Não é combate ao contrabando, quando ele já se encontra distribuído em seu último estágio ou nas mãos do camelo em cima das calçadas.

O Sr. José Guimard — Se não me engano — tenho quase certeza — V. Ex. é funcionário fazendário.

O SR. DESIRE GUARANI — Perfeitamente. Há vinte anos.

O Sr. José Guimard — Então, V. Ex. saberá me explicar o que ocorre quando nem sequer os órgãos de arrecadação do Ministério da Fazenda estão providos de funcionários e elementos para que esses impostos sejam recebidos?

Sabe V. Ex. que além da enumeração que está fazendo, de motivos e falta de providências de órgãos paralelos, o Ministério da Fazenda possui uma Mesa de Rendas Alfândegas na Capital do meu Estado. Pois bem: essa Mesa de Rendas está sem funcionário há meses já e por conseguinte, com graves prejuízos para seus cofres e para o Tesouro Nacional.

O SR. DESIRE GUARANI — Perfeitamente. V. Ex. ratifica a explanação que estou fazendo. Estou defendendo a tese de que o Governo, em vez de criar órgãos paralelos, deve concentrar seus recursos, capacitando materialmente e em pessoal aquelas repartições de combate ao contrabando. Ainda agora, enquanto cria a Divisão de Polícia Fazendária no Departamento Federal de Segurança Pública para combater os sonegadores, deixa sem nenhum recurso material as Alfândegas do País.

O Sr. José Guimard — Sem ao menos preencher os cargos para o fim precípito de receber esses impostos, já está criando outros órgãos.

O SR. DESIRE GUARANI — Os cargos para recebimento de impostos é outro aspecto, nobre Senador, também em virtude de reforma recente de iniciativa do Executivo. A arrecadação de impostos foi retirada dos órgãos tradicionais do Ministério da Fazenda e entregue a rede bancária. Então, hoje, praticamente nenhum dos órgãos tradicionais — coletorias, alfândegas, mesas de rendas — têm atribuição de arrecadar, de receber dinheiro nos seus guichês. Uma vez que todas essas atribuições foram entregues aos bancos de norte a sul, de leste a oeste do País.

O Sr. José Guimard — Acontece que em alguns municípios não existem bancos credenciados para arrecadar.

O SR. DESIRE GUARANI — Foi a balbúrdia criada pela reforma que transferiu esse serviço para os bancos e deixou sem atribuições os antigos exatores, que tiveram diminuídos seus vencimentos e estão sendo absorvidos pelo trabalho burocrático. Uma vez que nenhum exator tem mais interesse em permanecer na repartição arrecadadora, que foi minimizada pelo Ministério da Fazenda e passou a uma condição inteiramente secundária dentro da organização em virtude dessa reforma deu-se toda a força da arrecadação para as entidades bancárias, retirando-a das coletorias, das mesas de renda, das alfândegas. E nosso apelo ao ser instalada essa Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando, é para que as iniciativas do Governo Federal se dirijam de forma a capacitar materialmente o Ministério da Fazenda, uma vez que a experiência comprova sua maior eficiência do que quando passaram a existir outros órgãos paralelos, como a Divisão de Polícia Alfândegária e o Serviço específico de Combate ao contrabando, criado no Departamento Federal de Segurança Pública.

Dé o Governo os instrumentos de trabalho aos órgãos fiscalizadores do Ministério da Fazenda e o combate ao contrabando, a sonegação voltará a ser intensificada, como anteriormente.

Como dizia há pouco, o Governo Federal — por iniciativa tomada logo após abril de 1964 — reduziu a participação que os fiscais tinham nas quotas-partes da multa e criou um sistema mais complicado de fiscalização. Além disso, cercou de todas as garantias o chamado sigilo bancário, que é um dos setores dos bancos onde se encontram, as provas das grandes sonegações deste País. Praticamente, em todas as agências bancárias existem dois balanços das organizações que operam em transações com a entidade. Um é publicado, dado ao conhecimento do povo e levado à repartição do Imposto de Renda, o outro, é o balanço que serve para avaliar as transações bancárias de empresas industriais e comerciais com o estabelecimento a que se refere.

Há, portanto, a necessidade de se restabelecer toda a competência das autoridades fazendárias em buscar sonegadores e contrabandistas, pon-do ponto final à benemerência tributária e fiscal verificada no País, onde tantas isenções são concedidas aos sonegadores. A respeito já tive oportunidade de me referir aqui, através de discurso pronunciado, cionei portarias e decretos-leis, — mais de trinta — determinando anistia, reduções de multa e prazo até de três anos para pagar aquilo que devia ser pago num mês.

Reaparelhem-se os órgãos fiscais, ponha-se ponto final nesta enchente de benefícios e benemerências, tri-



butárias aos grandes sonhadores, porque os que não sonham e pagam direitos não têm recebido benefício algum.

Os benefícios são destinados apenas, aqueles que deixam de pagar seus impostos, que não comparecem ao fisco, que fazem grandes contrabandos. Deixe-se de lado toda esta legislação. Proponha o Executivo, — que teve a iniciativa da mesma — a sua revogação, a sua alteração, ajustando-a à realidade brasileira. Desta forma o Governo Federal poderá obter recursos a fim de cobrir o grande déficit orçamentário que se anuncia para mais de um trilhão de cruzeiros neste ano e que, por certo, de acordo com a programática, até agora posta em vigor, será em 1968, no mínimo o dobro: dois trilhões de cruzeiros. (Muito bem!) Muito bem!

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Júlio Leite. (Pausa.)

Não está presente.  
Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

#### O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, a indústria gráfica nacional está sofrendo seriíssima concorrência com a importação de livros e de revistas impressos, no exterior em língua portuguesa.

O volume dessa invasão do mercado brasileiro alcança a cifra de um milhão de exemplares por semana.

Essas publicações procedem da Bélgica, da Itália e da Argentina e entram no Brasil por intermédio de negociações na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), sem conhecimento ou qualquer autorização do Ministério das Relações Exteriores. Estão neste caso, para para exemplificar, as revistas "Tecnirama" e "II Guerra Mundial", impressas pela Editorial Codex, da Argentina e que encontramos em qualquer banca de jornais e revistas, inclusive aqui, em Brasília.

Além destas publicações, também folhetos, originários da Bélgica e da Espanha estão entrando no País, através de Portugal, sob a proteção de convênio cultural firmado com o Brasil.

Muito lamentável, Senhor Presidente, que as autoridades portuguesas permitam que um convênio que tem, por nobres objetivos, o intercâmbio cultural entre duas Nações irmãs, seja utilizado para a cobertura de práticas tão lesivas ao interesse nacional.

As consequências danosas dessas irregularidades não se limitam aos prejuízos acarretados à indústria gráfica nacional, que se vê desestimulada de renovar seu maquinário. Aliás essa situação é agravada pelas restrições de importação que a Alfândega de Guanabara, está criando, por um conflito com as autoridades do Conselho de Política Aduaneira, impedindo, assim, a renovação de processos e métodos industriais das editoras nacionais.

A debilitação da imprensa nacional somente poderá interessar aos grupos estrangeiros, sempre a postos para adquirir firmas brasileiras que sofram dificuldades financeiras.

Além disso, essas revistas e livros, impressos em outros países, são elavados de erros crassos de português, num verdadeiro atentado ao vernáculo. Basta a simples leitura de uma página dessas publicações para que logo se se note a situação de colocação de pronomes, de grafia de palavras e até de sintaxe.

Finalmente, Senhor Presidente, é claro que não se pode edificar uma consciência nacional, sobre assuntos relevantes para o comportamento político e social do Povo Brasileiro, com livros e revistas impressos no exterior. A visão cultural consequente dessa literatura será deformada, pois os textos são baseados na análise das realidades nacionais de outros países.

Não será demasiado concluir que o próprio regime democrático — que se assenta na confiança depositada pela opinião pública nos seus representantes — será, progressivamente, ferido, na medida em que o processo de aculturação nacional for desvirtuado pela interferência de interesses originários e peculiares a países estrangeiros.

Encerro, dirigindo apelo aos Senhores Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda para que acertem providências, obrigando os órgãos próprios a exercer rigorosa fiscalização para impedir continuem sendo praticados, impunemente, atentados contra a indústria gráfica nacional e contra os próprios interesses do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

#### O SR. BEZERRA NETO:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — S. Exa. desiste da palavra. Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

#### O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, li, num dos jornais do Rio de Janeiro, notícia que vem causando apreensão nos círculos responsáveis deste País.

A notícia é sobre a pressão interna que freia a marcha para o átomo:

"Nas últimas 48 horas, forte pressão desencadeou-se sobre os setores do Governo e, especialmente, o Ministério das Relações Exteriores, que vem defendendo, para o Brasil, uma política de independência na exploração do átomo com finalidades pacíficas."

Sr. Presidente, não adoto a tese de que o Marechal Costa e Silva, Presidente da República é prisioneiro de grupos militares e de grupos civis. Sua Excelência é livre para decidir. A meu ver, não é um boneco de engenho, não é um instrumento passivo, não se submete a pressão, é um líder do grupo militar que fez o movimento armado de 31 de março e empolgou o poder.

É responsável perante a Nação brasileira, pois o sistema de governo que vive entre nós é o presidencialismo, e um presidencialismo fortíssimo.

É responsável perante a Nação brasileira, pelos atos praticados pelo seu Governo. Se houver algum recuo, a responsabilidade é de Sua Excelência, e se mantiver a política sobre o aproveitamento da energia atômica, para fins pacíficos, merecerá o reconhecimento desta Nação, deste povo.

Sr. Presidente, vamos acabar com esta idéia, permanentemente apresentada, de prisioneiros na Presidência da República.

A impressão que se tem é a de que se procura tirar a responsabilidade daquele que representa o Governo estabelecido, transmitindo-a para outros setores.

Ora, diz a nota de "Última Hora": (Lê:)

"Representada no governo pelo Ministro-Coronel Costa Cavalcanti, e sustentada por setores militares com poder decisivo na Casa Militar da Presidência, a tese do condicionamento das pesquisas brasileiras às limitações estabelecidas pelos Estados Unidos fortaleceu-se, agora, a ponto mesmo de levar o Chanceler Magalhães Pinto a ter que modificar o discurso com que, quarta-feira, abrirá a assembleia da ONU."

Seria uma tristeza para nós, uma decepção para milhões de brasileiros se, depois daquela tomada de posição que revelava soberania e independência, o Governo brasileiro recuasse a tal ponto que levasse o Chanceler Magalhães Pinto, na abertura da Assembleia-Geral da ONU, a negar a tese, proclamada, defendida pelo mundo inteiro, e que nos colocava — como nos estávamos colocando — numa posição impar face aos desenvolvidos, como aos subdesenvolvidos. Seria uma tristeza para nós que o Governo mudasse a sua posição e impusesse ao Ministro Magalhães Pinto uma retificação completa na política para o aproveitamento do átomo, proclamada no mundo inteiro.

Todos sabemos que a exigência não parte apenas dos Estados Unidos mas também da União Soviética. Uniram-se as duas grandes potências do Clube Atômico, para ditar a sua decisão e as suas condições aos países em desenvolvimento.

Jamais seremos uma grande potência, no século do átomo, do aproveitamento da energia atômica, se não tivermos o direito de decidir por conta própria, com plena independência. Ficaremos sempre como país subordinado, potência de segunda, terceira ou quarta ou quinta classe, sem voz, num mundo em que se aproveita a energia atômica para a guerra ou para a paz. Queremo-la para a paz, para o desenvolvimento pacífico do nosso povo e do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, há ainda o seguinte: (Lendo)

"Nesse discurso, o Chanceler reafirmaria a posição definida pelo Marechal Costa e Silva": "o Governo brasileiro se reservará o direito de total exclusividade quanto à instalação e à operação de reatores nucleares, bem como operações de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minérios nucleares."

Posição certa, que vem merecendo os aplausos da Nação brasileira, sem distinção partidária, todos unidos em torno de teses e de propósitos que venham a resolver problemas fundamentais de nossa Pátria, de nosso País.

Então, essa declaração que seria feita na ONU, em nome do Presidente da República do Brasil, essa declaração seria substituída por outra que nos jungisse a interesses de outras potências? Seria a negação de propósitos, seria a traição a princípios, a compromissos assumidos perante o povo brasileiro, único soberano para julgamento dos atos dos detentores do poder.

(Lendo)

"A prevalecer em definitivo a imposição de recuo ao Marechal Costa e Silva, o Brasil terá que subverter, também, sua posição na Conferência do Desarmamento em Genebra. Passaria, assim, do campo dos Países que se

opõem à proposta dos Estados Unidos e da URSS contra a proliferação de experiências nucleares, para o daqueles que vão condicionar o uso da energia atômica ao fornecimento de serviços americanos ou soviéticos."

O Sr. José Guimard — Permite o nobre Senador um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer, Senador José Guimard.

Sr. José Guimard — No caso que V. Exa. está analisando com tanta proficiência e conhecimento, eu creio que lhe poderia recordar quem dita a política interna do Brasil: creio que o Presidente da República e o seu Ministro do Exterior.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatamente.

do a operar no Brasil, no campo da política interna como na sua política externa, seria uma tristeza repito, uma desilusão, no momento mesmo em que o Brasil se afirmava como potência independente para decidir.

Esta a tese primeira, o primeiro princípio. A responsabilidade do avanço e os louros caberiam ao Presidente Costa e Silva. Mas a responsabilidade do recuo e da negociação de teses positivas seria também, dele, e não de quem.

Devemos passar dessa época, que devia estar ultrapassada, há muitos anos, de culparmos sempre outras potências pelos erros dos nossos governantes sempre transferimos a responsabilidade dos nossos erros a outros países. E a responsabilidade é nossa, definitivamente, nossa. Se nos pressionam, essa pressão fazemos valer nossa decisão de luta, em primeiro lugar, vendo os interesses e o desenvolvimento do nosso país. Não quero acreditar que o Presidente Costa e Silva tenha recuado nessa parte que está causando tanta preocupação ao Brasil inteiro.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Dinarte Mariz — Nobre Senador, desconheço qualquer declaração do Presidente Costa e Silva em relação a esse pronunciamento que seria ou que está feito pelo Sr. Ministro Magalhães Pinto na reunião para a qual foi convocado; Mas se realmente o Presidente Costa e Silva tomou essa deliberação e se existe esse documento, tenho a impressão de que não temos por que duvidar do cumprimento da palavra de S. Exa. pois a mim me parece que nenhum outro governante teve mais coragem de atitudes, embora sem alarde do que o atual Presidente da República, sua. Excia. tem mantido uma atuação de serenidade, condizente com seu temperamento e com seu patriotismo, tão útil ao Brasil. Porque há muitos anos a esta data, nunca se tomou conhecimento de um "reime, em nosso País, de tanta paz de tanta esperança para todos os brasileiros como o que atualmente vivemos."

O SR. AURELIO VIANNA — Não discordo da tese, mesmo porque o meu tempo é exíguo mas desejo sinceramente que o Sr. Presidente da República mantenha seus propósitos.

Vim há pouco do exterior e naqueles poucos dias, verifiquei como vem repercutindo, nos meios diplomáticos de todos os países, a posição do nosso.

Discute-se sobre o Brasil, a sua posição definida e clara no campo do aproveitamento dos nossos navios para construção de novos navios para transporte de nossas mercadorias.

posição do Brasil quando enfrenta as grandes potências, no caso da União Soviética e Estados Unidos, manten-

do uma posição de independência nos campos do aproveitamento da energia nuclear para a Paz, conforme desejo do povo brasileiro e de seus governantes. Discute-se sobre a posição do Brasil, que até bem pouco tempo não era claramente tomada e agora o é.

E se nós dessemos uma marcha-a-ré, fizéssemos meia volta voltando uma guinada de 180, 260 ou 300 graus, seria um desastre.

Em Genebra, estamos com o nosso Embaixador que nos declarou do acesso do Brasil que está conquistando o apoio de dezenas de Nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento que acolhem a sua proposta de se articularem, todas elas, para exigirem melhor tratamento por parte dos países desenvolvidos.

Gr. Presidente e nobres Senhores Senadores, o propósito que me trouxe a esta tribuna é claro, e objetivo: diante do noticiário da nossa imprensa que, com destaque, sentido o problema e revelando o pensamento do povo brasileiro, em face do que porventura se trama, deveria a voz da imprensa escrita encontrar eco no Congresso Nacional, principalmente no Senado da República, que tem um papel mais importante do que no passado, em face de dispositivos da Constituição de 1967, quanto à política exterior do nosso País.

Registro o fato, sem condenações, sem fazer tampouco defesas, considerando que os fatos confirmam o que o noticiário da nossa imprensa e descrevendo a manutenção da política iniciada, que está projetando positivamente o nosso país no concerto das nações e que nos tornou um país verdadeiramente líder, principalmente dos subdesenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

Era, Sr. Presidente e Senhores Senadores, o que queria dizer, ao ler e comentar o noticiário da imprensa do Estado da Guanabara sobre o assunto. (Muito bem)

#### COMPARECEM TAMBÉM OS SENHORES SENADORES:

José Guilmar  
Flávio Brito  
Flora Galha  
Sebastião Archer  
Petrônio Portela  
Ruy Carneiro  
João Cleofas  
Pessoa de Queiroz  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Guido Mondim

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) Está flada a hora do Expediente.

— Passa-se à

#### ORDEN DO DIA

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 1.

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1967, (nº 250-B-67, na Casa de origem), que revoga a Lei número 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangunhos S. A., no Estado da Guanabara, tendo pareceres favoráveis sob ns. 551 e 552, de 1967, das Comissões: de Projetos do Executivo e de Finanças.*

A discussão do projeto foi encerrada na sessão anterior.

A votação é secreta, nos termos do art. 278, 8º.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar (Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa).

Votaram "SIM" 24 Srs. Senadores; "NÃO", 7 Srs. Senadores. Houve 3 abstenções.

O projeto foi aprovado. Vai à sanção.

— O seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1967

(Nº 250-B-67, na Casa de origem) (De iniciativa do Presidente da República)

*Revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangunhos S. A., no Estado da Guanabara.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei número 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangunhos S. A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Mangunhos, no Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 2:

*Votação, em turno único, do Parecer nº 574, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº 230-IR, de 18 de maio de 1967, do Sr. Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para prosseguimento da Ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara contra o Senhor Senador Mário Marinho (Parecer no sentido de ser a matéria submetida ao Plenário em votação secreta, com recursos dos Srs. Senadores Antônio Carlos, Petrônio Portela e Josephat Marinho).*

Nos termos da questão de ordem levantada, ontem, pelo Sr. Senador Aloysio de Carvalho e já resolvida pela Mesa, a sessão passará a ter o caráter de secreta. Peço aos Senhores Funcionários da Mesa que tomem as providências de direito.

(A sessão transferir-se-á em secreta às 13 horas e 55 minutos e volta ser pública às 16 horas).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está reaberta a sessão pública. (Pausa.) Item 3:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967 (nº 331-B-37, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que trata dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despachos aduaneiros, material importado pela firma "Rupturita S. A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina, tendo parecer favorável, sob nº 534, de 1967, da Comissão de Finanças.*

Em discussão o projeto. (Pausa.) Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto pelo processo eletrônico. Em votação (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Votaram "sim" 26 Srs. Senadores e 11 "não". Houve duas abstenções. O projeto foi aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 1937

(Nº 391-B-37, na Casa de origem) (De iniciativa do Presidente da República.)

*Levanta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material importado pela firma "Rupturita S. A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o material importado por "Rupturita S. A. Explosivos" ao abrigo do Certificado da Cobertura Cambial número DG-66-1525 e Aditivos números DG-63-5810 e DC-66-19752, com a finalidade de recuperar suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina.

Art. 2º Os favores fiscais previstos nesta lei não abrangem as matérias com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 4:

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967 (nº 331-B-37, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais, tendo parecer, sob nº 533, de 1967, da Comissão de Projetos do Executivo, favorável, com emenda que afete o nº 1-CPC.*

Em discussão o Projeto, com a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, para discussão, dá-la ei como encerrada. (Pausa.)

Encerrado.

Vai-se votar, em primeiro lugar, o Projeto, sem prejuízo da emenda.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico. Em votação o Projeto. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Votaram "sim", 21 Srs. Senadores, votaram "não", 5 Srs. Senadores. Houve 3 abstenções.

Não foi alcançado o quorum regimental.

Vai ser feita a chamada para verificação.

Procede-se à chamada.

#### RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES

José Guilmar  
Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Milton Trindade  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
José Cândido  
Siegfredo Pacheco

Menezes Pimentel  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Ruy Carneiro  
Pessoa de Queiroz  
José Ermirio  
Júlio Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josephat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Aarão Steinbruch  
Marcelo de Alencar  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Renato Silva  
Guido Mondim  
Mam de Sá

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Responderam à chamada 33 Srs. Senadores.

Vai-se repetir a votação, em primeiro lugar, do projeto sem prejuízo da emenda.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai se passar à contagem. (Pausa.)

Votaram "sim" 23 Senhores Senadores; votaram "não" 10 Senhores Senadores. Houve 3 abstenções.

O projeto foi aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 1937

(Nº 391-B-67, na Casa de origem)

#### DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Dispõe sobre a concessão de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os servidores, de qualquer categoria, pertencentes a estabelecimentos de ensino superior, antes da federalização dos mesmos por leis especiais que, também, asseguraram o seu aproveitamento no Serviço Federal, terão computado o seu tempo de serviço, desde que comprovado em certidão expedida pelo órgão de origem, apenas os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vamos passar à votação da emenda da Comissão de Projetos do Executivo.

Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai se passar à contagem. (Pausa.)

Votaram "sim" 26 Senhores Senadores; votaram "não" 7 Senhores Senadores. Houve 3 abstenções.

A emenda foi aprovada. O projeto vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

# EMENDA Nº 1-CPE

Ao art. 1º, in fine

Suprimam-se as palavras: "e disponibilidade".

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 5.

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1966, de autoria do Senador Nelson Maculan, que estabelece diretrizes para concessão de licença para o serviço de transporte coletivo de passageiros em rodovias da União, tendo pareceres, sob números 556 e 557, de 1967, das Comissões: — de Constituição e Justiça, favorável; — de Transporte, depois de ouvido o Ministério da Viação e Obras Públicas, favorável, com emendas que oferece de números 1 a 5 — CTCFO.

Sobre a mesa requerimento do Senhor Senador Eurico Rezende, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

# REQUERIMENTO Nº 786, DE 1967

Nos termos dos artigos 212, letra 1 e 274, letra b, do Regimento Interno, requerio adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1966, constante do item 5 da Ordem do Dia.

A fim de ser feita na sessão de 28 do corrente.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1967. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em consequência, a matéria sairá da Ordem do Dia, para ser apreciada na sessão de 28 do corrente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 6.

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 34, de 1967, de autoria do Senhor Senador Filinto Müller, que autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá, tendo pareceres favoráveis, sob números 575, 576, 577 e 578, de 1967, da Comissão: — de Constituição e Justiça; — de Transporte, Comunicações e Obras Públicas; — de Educação e Cultura, e — de Finanças.

A discussão foi encerrada no dia 8 do corrente.

Em votação o projeto, em primeiro turno.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Foi aprovado.

O projeto voltará à Ordem do Dia para o segundo turno.

É o seguinte o projeto aprovado:

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 1967

Autoriza a emissão de selos comemorativos da Retomada de Corumbá.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a emitir selos comemorativos do Centenário da Retomada de Corumbá, à custa das dotações orçamentárias normais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 7:

Votação, em turno único, do Parecer nº 417, de 1967, da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 404-67, (nº 466-67, na Presidência da República) de 24 de maio do ano em curso, que encaminha ao Senado Federal o texto da "Declaração dos Presidentes da América", recentemente firmada em Punta del Este, por ocasião da Reunião de Chefes de Estados Americanos, de 12 a 14 de abril de 1967. (Parecer pelo arquivamento do expediente).

A discussão foi encerrada na sessão de 18 do corrente.

Em votação o parecer, pelo arquivamento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. — (Pausa)

Está aprovado.

O expediente será arquivado.

É o seguinte o parecer aprovado:

# PARECER Nº 417, DE 1967

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 404, de 1967 (nº 466, de 24 de maio de 1967, na Presidência), do Sr. Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal o texto da "Declaração dos Presidentes da América", recentemente firmada em Punta del Este, por ocasião da Reunião de Chefes de Estados Americanos, de 12 a 14 de abril de 1967.

Relator: Sr. Alvaro Maia.

O Sr. Presidente da República, pela Mensagem nº 404, do mês de maio próximo passado, acolhendo sugestão do titular da Pasta das Relações Exteriores, a que se refere a exposição de motivos que lhe foi endereçada, encaminhou ao Congresso Nacional o texto, na íntegra, da "Declaração dos Presidentes da América", firmada em Punta del Este, no Uruguai, ao ensejo da Reunião de Chefes de Estados Americanos, realizada de 12 a 14 de abril do corrente ano.

A Comissão de Relações Exteriores não cabe regimentalmente opinar sobre a matéria, uma vez que seu encaminhamento se fez "a título meramente informativo", atendendo apenas a que das decisões tomadas na referida Declaração deverão resultar oportunamente atos internacionais por parte do nosso Governo, cuja aprovação então dependerá, constitucionalmente, de deliberação do Poder Legislativo.

Nestas condições, esta Comissão se manifestou pelo arquivamento do presente expediente.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1967. — Benedito Valladares, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Antônio Carlos. — Aloyso de Carvalho. — Mem de Sá. — Menezes Pimentel. — José Leite. — Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 8:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 12, de 1967, de autoria do Senador Júlio Leite que dá nova redação aos artigos 176; 180; 183 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), tendo pareceres, sob nºs 418, 444, 445, 446 e 534, de 1967 das Comissões de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento — favorável, com a emenda que oferece de nº 1-CCJ; — 2º pronunciamento — contrário ao substitutivo oferecido pela Comissão de Serviço

Público Civil; 3º pronunciamento — contrário a emenda de plenário — de Serviço Público Civil, favorável nos termos do substitutivo que oferece; de Finanças, declarando escapar a matéria à sua competência.

Este item será retirado da pauta, em virtude de engano na publicação dos avisos referentes aos pareceres.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

# REQUERIMENTO Nº 787, DE 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação do Projeto de Decreto Legislativo número 36, de 1967 (nº 30-A-67, na Câmara).

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Edmundo Levi.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em consequência da aprovação do requerimento de dispensa de publicação, passa-se à votação da Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1967.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

# PARECER

# Nº 614, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

A Comissão apresenta a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1967 (nº 30-A-67 na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 38, de 29 de julho de 1967, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, e dá outras providências.

Sala das Sessões em 19 de setembro de 1967. — Bezerra Netto, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — José Guimard — Antônio Carlos.

ANEXO PARECER Nº 614 DE 1967

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei número 328, de 20 de julho de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa outro requerimento de dispensa de publicação que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

# REQUERIMENTO Nº 788, DE 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B-67, na Casa de origem).

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Edmundo Levi.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em consequência da aprovação do requerimento de dispensa de publicação, passa-se à votação da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 86.

Em votação a Redação Final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada. O projeto vai à sanção.

É a seguinte a redação final aprovada.

# PARECER

# Nº 615, DE 1967

Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B-67, na Casa de origem).

Relator: Senador

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B-67 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Bezerra Netto, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — José Guimard — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 615 DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único. Quando as condições justificarem, a sede e foro da Fundação serão transferidos para Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º A Fundação Nacional de Material Escolar gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados o estatuto e o decreto que os aprovam.

Parágrafo único. O prazo de duração da Fundação Nacional de Material Escolar será indeterminado.

Art. 3º A Fundação Nacional de Material Escolar terá por finalidade a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização.

Parágrafo único. A Fundação Nacional de Material Escolar não visará fins lucrativos e o material por ela produzido será distribuído pelo preço de custo.

Art. 4º A Fundação Nacional de Material Escolar será administrada pelos seguintes órgãos:

Conselho Técnico Consultivo  
Conselho Fiscal  
Diretoria.

Art. 5º O Conselho Técnico Consultivo compor-se-á de 3 (três) membros, representativos dos órgãos executivos e técnicos do Ministério da Educação e Cultura, além do Diretor-Executivo que representará o Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Ao Conselho Técnico Consultivo cabe conceituar a política nacional de produção e a distribuição de obras didáticas e material escolar.

Art. 6º O Conselho Fiscal será composto de 2 (dois) representantes do Ministério da Educação e Cultura e 1 (um) contador designado pelo Conselho Técnico Consultivo.

Parágrafo único. Ao Conselho Fiscal compete emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pela Diretoria. A rejeição destas pelo Conselho Técnico Consultivo importará na substituição do Diretor-Executivo, assegurando-se a este ampla defesa, sem prejuízo de sanções penais, quando for o caso.

Art. 7º A Diretoria será exercida por 1 (um) Diretor-Executivo, que integrará o Conselho Técnico Consultivo como representante nato do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Ao Diretor-Executivo, que trabalhará em regime de tempo integral, compete administrar e, ao mesmo tempo, elaborar o plano de atividades e orçamento anual da Fundação Nacional de Material Escolar.

Art. 8º O provimento dos cargos referidos nos arts. 5º e 6º será feito pelo Ministro da Educação e Cultura mediante Portaria.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Técnico Consultivo e do Conselho Fiscal prestarão serviço relevante, de conhecida utilidade pública, sem ônus para o Estado.

Art. 9º O patrimônio da Fundação Nacional de Material Escolar será constituído por:

- a) acervo da atual Campanha Nacional de Material de Ensino, cuja doação pelo Poder Executivo fica des de logo autorizada;
- b) dotações orçamentárias e subvenções da União;
- c) doações e contribuições de entidades de direito público e privado e de particulares;
- d) receita de material de ensino;
- e) rendas eventuais, inclusive as resultantes de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Fundação Nacional de Material Escolar serão utilizados apenas para a consecução dos seus objetivos, permitida, todavia, a sub-rogação de uns e outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 10. Os equipamentos necessários à produção de material didático, importados pela Fundação Nacional de Material Escolar, respeitada a similaridade na produção nacional, gozarão de isenção do imposto sobre a importação e do imposto sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, ficando-lhes assegurada abertura cambial prioritária.

Parágrafo único. Os bens, equipamentos e materiais importados com os favores previstos neste artigo destinam-se à utilização privativa da Fundação Nacional de Material Escolar, não podendo ser alienados, salvo quando se justificar a substituição de equipamentos por outros mais aperfeiçoados, devendo a alienação ser aprovada pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 11. A dotação orçamentária, consignada à Campanha Nacional de Material de Ensino no Orçamento de 1967, fica transferida para a Fundação Nacional de Material Escolar.

Art. 12. Todo o pessoal admitido na Fundação Nacional de Material Escolar estará sujeito ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º O quadro do pessoal referido neste artigo deverá ser aprovado pelo Conselho Técnico Consultivo e homologado pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º Os funcionários que estão atualmente prestando serviços à Campanha Nacional de Material de Ensino permanecerão à disposição da Fundação Nacional de Material Escolar e constituirão um quadro especial, sendo-lhes assegurados os direitos e vantagens dos servidores públicos.

§ 3º Ficará igualmente à disposição da Fundação Nacional de Material Escolar todos os servidores registrados pela legislação trabalhista que atualmente prestam serviços na Campanha Nacional de Material de Ensino.

Art. 13. Ao ato da constituição da Fundação Nacional de Material Escolar deverá estar presente, como representante da União, o Ministro da Educação e Cultura, cabendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para a aprovação do Presidente da República.

Art. 14. Extinguindo-se por qualquer motivo a Fundação Nacional de Material Escolar, os seus bens serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa Requerimento de dispensa de publicação que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 789, DE 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerimento de dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967, (nº 392-B-67, na Casa de origem).

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Edmundo Levi.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em consequência da aprovação do requerimento, passa-se à votação da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 89.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto vai à sanção.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

#### PARECER Nº 616, DE 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 89, de 1967 (nº 392-B-67 na Casa de origem.)

Relator: Sr. José Feliciano.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967 (nº 392-B-67 na Casa de origem), que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — Bezerra Netto, Presidente — José Feliciano, Relator — Carlos Lindenberg — José Guimarães.

#### ANEXO AO PARECER Nº 616 DE 1967

Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais.

#### EMENDA Nº 1

(Da Comissão de Projetos do Executivo) — Ao art. 1º, in fine

Suprimam-se as palavras:

"e disponibilidade."

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. Ainda há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Mello B. (ausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

#### VICTORINO FREIRE

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, ausente dos trabalhos desta Casa em virtude de não encontrar em Recife, representando o Senado no Congresso das Assembleias Legislativas, somente hoje posso transcrever nos Anais o magistral discurso pronunciado pelo eminente Ministro Alomar Baleeiro por ocasião do Centenário de Nascimento, transcorrido em 27 de agosto último, do antigo Ministro Viveiros de Castro, que ilustrou o Maranhão e a Pátria na glória das letras jurídicas e nos luminosos votos proferidos no Supremo Tribunal Federal.

Passo a ler, Sr. Presidente, o discurso do Sr. Ministro Alomar Baleeiro que traçou, com o brilho de sua cultura e inteligência multiformes, o perfil do grande maranhense Ministro Viveiros de Castro:

"Em campo do ouro, tres viveiros cheios de água azuada, com orla verde. No segundo quartel, 'em campo azul, um muro com porta, entre duas torres, tudo de prata, e lavrado de preto'. E no terceiro 'em campo de prata, duas cervas de purpura passante e uma bordadura vermelha cheia de escudinhos das armas de Portugal'. Finalmente, o último quartel, 'em campo de prata, uma apanha azul com cinco besantes de ouro'. Coroa de barão, Paquife com metais e cores das armas".

Assim foi registrado no Livro 6, fls. 5 do Cartório da Nobreza do Império, em 1857, o braço de armas do Barão de S. Bento, avô materno de Augusto Olímpio Viveiros de Castro, cujo centenário de nascimento, a 27 de agosto de 1867, o S.T.F. hoje comemora.

Teve berço pois, dentro da classe dirigente. Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, nascido em 12 de janeiro de 1819, recebeu de Pedro II o título de Barão de S. Bento em 1853 (C. G. Rheingantz, Titulares do Império, Rio 1960) e nos elementos do braço d'armas reproduziu os dois Viveiros de Portugal, cuja prosápia deita raízes em guerreiro de Tânger, afidalgado por graça de D. Manoel, o venturoso, em 1520.

Foi pai do Barão, que se doutorou em Matemática pela Universidade de Coimbra, o senador do Império Jerônimo José de Viveiros, que se sentou na Câmara Alta desde 1852. Morrendo este, o filho Barão, que já se elegera deputado geral, entrou na lista tripartite senatorial como segundo votado. Mas a escolha de D. Pedro II em 1859 recaiu em Joaquim Vieira de Souza e Silva.

Faleceu S. Bento pouco depois, em 1860, aos 41 anos de idade, respeitado como chefe dos Conservadores em sua Província onde o consideravam a

maior influência política, tanto em Alcantara, o município histórico e sede da família, mas ainda em 2 dos circuitos eleitorais do grande Maranhão.

O Conselheiro Augusto Olímpio Gomes de Castro, também nascido em Alcantara em 1836, pai do nobre Ministro Viveiros de Castro, era um rapaz pobre, embora também reivindicasse a descendência nobre de Arnaldo Bayão e de Diogo de Campos Moreno.

Arranjou emprego público para financiar os estudos, fundou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1861 e conseguiu a promoção ao seu querido Alcantara. Mas subiu ao liberalismo, que o exoneraram pela derrubada de 1864, como era de praxe na época. Ele se casara com D. Ana Rosa Viveiros, a filha do Barão de S. Bento, a quem sucedeu como chefe dos conservadores. A portaria de exoneração se fundamenteou na vinculação política. De fato, já se elegera deputado provincial em 1862. Dedicou-se, então, ao jornalismo e à advocacia, tendo colaborado no "Paiz", de propriedade do pai de Graça Aranha.

De 1867 até a República, elegeu-se deputado ao Parlamento Nacional sucessivamente, exceto na legislatura de 1878-83, quando a vitória dos liberais não deu vez aos conservadores.

Recusou em 3 oportunidades a passagem de Ministro nos Gabinetes de Pimenta Bueno, (1873), Rio Branco (1872), e Caxias (25 de junho de 1875) e teve de defender-se da acusação de Felipe Franco Sá de que assim agira por falta de patriotismo. Não se julgava com habilitação — afirmou modestamente.

Presidiu as províncias de Fluminense (1868) e Maranhão (1870 e 1873) e, era um dos cinco oradores realmente extraordinários, que impressionariam o mais exigente e esclarecido Congresso do mundo", segundo depoimento de Afonso Celso, nos "Oito anos de Parlamento". Note-se que esse juízo o contrasta com as centenas de oradores parlamentares ouvidos pela testemunha, sendo outros quatro pares — Rui, Ferreira Viana, Joaquim Nabuco e Andrade Figueira.

Ainda segundo Afonso Celso, era "baixo, magro, um dos olhos deficiente e o Gambetta, direito, a cabeça fina e "não hesitava". "Borbulhavam-lhe as frases dos lábios como de inesgotável manancial sempre num jorro espesso. Tinha, imbecível — a linguagem. Quase não fazia pausas, não lia, não compulsava apontamentos, não bebia água... Dizia cadenciada, pureza na articulação, orava comovido possuído do assunto. Por isso, conseguia comover os ouvintes".

Presidente da Câmara em 1886, resignou por telegrama ao Pósto, visto divergir de João Alfredo, que indicara ao Imperador seu conterrâneo Sousa e Silva para formar novo gabinete.

Com o advento da República, voltou a advogar em S. Luís. Mas o Maranhão o devolveu ao Senado, onde exerceu o mandato de 1893 e 1909, quando veio a falecer aos 73 anos.

Na fase republicana, colhido por enfermidades e talvez sentindo-se deslocado pelos colegas da nova geração e do novo regime, o senador Gomes de Castro não se mostrou o orador brilhante do Império. Um discurso contra o divórcio em 1895 foi o canto de cisne do velho político maranhense.

#### II

Viveiros de Castro completou os preparatórios na Província natal e bacharelou-se pela Faculdade de Recife em 1888 aos 21 anos. Começou a carreira como juiz municipal de Santa Maria Madalena, no Estado do Rio. Mais tarde foi provido juiz subs-



título federal na seção do Maranhão. Exonerou-se, entregando-se lá a advocacia.

Em 1897, já o encontramos como representante do Ministério Público junto ao recém-fundado Tribunal de Contas da União.

Poucos anos depois, o Presidente da República o nomeava Diretor, cargo que atualmente corresponde ao de Ministro daquela Corte e que ele exerceu até 1915, quando Wenceslau Braz o elevou ao Supremo Tribunal.

Filho do chefe do Partido Conservador em sua terra, tendo tido pai, avô e bisavô com assento no Parlamento da Nação quase que ininterruptamente desde a Independência, além do tio avô José Francisco Viveiros na presidência da Província — por que o adolescente criado na atmosfera aquecida pelos debates sobre a Abolição, o Federalismo e a República detestou da vocação política dos antepassados?

Na infância e na adolescência, deveria ter conhecido pessoalmente, graças às relações paternas, as maiores figuras do Império. Recentemente, ainda o pai encontrou no Senado a nova geração republicana. A própria mudança do regime, arquivando a maior parte dos políticos da monarquia, abriu imensas oportunidades aos moços, como foi o caso de Epitácio, naturalmente favorecido pelo prestígio do Barão de Lucena, seu tio.

O senador Gomes de Castro governara duas províncias, presidia a Câmara e recusara três pastas, como vimos. Viveiros de Castro, aos 20 e poucos anos, filiara-se ao Club Republicano Maranhense 28 de Julho e parece ter rompido com a agremiação em 1893, quando publicou na "Pacotilha" carta aberta ao Dr. Lima Campos. Sua demissão de juiz substituto federal se prendera a questões políticas, — diz-nos a tradição maranhense. Essas tempestades, afinal, marcam qualquer carreira política e não faltaram à do senador Gomes de Castro desde a juventude. É certo por outro lado, que o grupo político no comando do Maranhão desde o início da República, chefiado por Benedito Leite com apoio de Casimiro Dias Vieira e José Francisco Viveiros, cunhou do senador, continuou a prestá-lo e reelez-lo até seu falecimento.

Não seria difícil ao jovem Viveiros de Castro, como haviam feito alguns de seus colegas, disputar com êxito uma cadeira na Assembleia Estadual e, mais tarde, na Câmara dos Deputados, repetindo a escalada gradual de seus maiores, tanto mais quanto assinava artigos na imprensa de São Luís, escrevendo livro sobre sua terra e lá residia desde alguns anos.

Sempre interessado nos assuntos públicos, colecionando projeto de lei e acompanhando atentamente debates no Congresso, do que há sobejas provas em seus trabalhos jurídicos, por que preferiu à posição de "trabalhador incansável e espírito afeiçoado à quietude placidamente burguesa do gabinete de estudo", como confessou no prefácio do "Tratado dos Impostos"? Afinal, esse gabinete de estudo era povoado pelas mesmas preocupações constitucionais financeiras, administrativas e políticas que obsessam os verdadeiros homens públicos, dignos dessa qualificação.

Tenho, para mim, que a chave do mistério não se esconde na desambigação nem na ausência de vocação, mas na relativa frustração oratória resultante de irremovível defeito físico, que nunca permitiria ao filho reeditar os triunfos da eloquência paterna na tribuna parlamentar e política.

Viveiros de Castro, muito naturalmente, pagava o tributo de fôdas as criaturas à vaidade humana e ao amor próprio. De três testemunhas,

sem que o perguntasse, ouvi o depoimento de que já consagrado, emitia seus votos no Supremo com os olhos mais cubitos da atenção da assistência de advogados do que da de seus pares. Provavelmente, na província, não lhe foram confortadores os paleos entre sua oratória juvenil e a do velho senador gabado por Afonso Celso. Contemporâneos me contaram que o irmão, criminalista e desembargador, era considerado o herdeiro da eloquência paterna. E' que Viveiros de Castro sofria os efeitos de certa mal formação do lábio. Disfarçava-o no bigode, mas não podia disfarçar a consequência na voz por isso mal impostada e que soava menos vibrante e límpida, pôrta que fluente, conforme me referiram dois de seus alunos.

Teria sido essa, talvez, a razão pela qual abandonou a província definitivamente em 1897, transferindo-se para o Rio, onde seu irmão, o criminalista, também deveria fazer luzida carreira de magistrado. E' possível também que o desejo de segurança e a timidez do temperamento introspectivo concorressem para essa fuga à política em quem sempre teve a mão absorvida por grandes problemas políticos.

### III

A integridade do membro do Tribunal de Contas e sua intransigência na defesa dos interesses do Tesouro podem ser dequias de dois episódios dos primeiros anos do século.

O fogoso deputado sergano Fausto Caruso, autor de ensaios filosóficos, político facado a um drágo, apresentou ao Supremo Tribunal Federal contra o ex-ministro da Fazenda Joaquim Murinho, o presidente do Tribunal de Contas, Diógenes Agapito da Veiga, mas dois funcionários e um advogado, porque o primeiro, a instância petinazes do segundo, mandara pagar ao último, com a cumplicidade dos outros, mediante documento fraudado, quantia superior à devida pela União à viúva dum engenheiro, que fornecera pedras e construções ferroviárias em 1882. Murinho logrou logo impugnação, porque evidente sua boa fé. Os outros co-réus foram pronunciados, presos e condenados no primeiro julgamento do Supremo pelo Acórdão de 31 de janeiro de 1905 na ação penal nº 21. Embargado o acórdão, o presidente, no segundo julgamento, proclamou a confirmação do aresto condenatório. Mas, depois, houve verificação de que os acusados se livraram pelo voto de Minerva, dada a dispersão dos pronunciamentos da Corte em face do erro na classificação jurídica dos crimes.

O presidente do Tribunal de Contas, que teria agido "ciente e conscientemente", segundo o voto de condenação de Pires Albuquerque era acusado de insistir com Murinho para pagar pelo Ministério da Fazenda o que deveria ser pago pela Viação e, além disso, e de suprimir as publicações e ordenar o registro sem ouvir o Tribunal, tanto mais gravemente quanto Viveiros de Castro emitira parecer inequívoco em contrário pela prescrição e por outros fundamentos. Didimo não teria experimentado as agonias do cárcere nem do processo tormentoso no célebre "caso das pedras" se tivesse acolhido o severo e incisivo parecer escrito de Viveiros de Castro na defesa da Fazenda.

Pouco depois, ocorreu o chamado incidente Amaro Cavalcanti, que obteve do Ministro da Fazenda Murinho despacho para restituição de Rs. 9688, descontados de seus vencimentos, em 1906, a título de selo do decreto de nomeação de ministro do S.T.F.

Viveiros proferiu exaustivo voto pela recusa de registro da despesa para essa restituição, recordando que desde a Constituinte o legislador entendera que não contrariava a norma constitucional da irredutibilidade de vencimentos de juizes a exigência dos impostos, não discriminatórios ou especiais.

Ora, o Supremo, até a reforma de 1926, sempre considerara inconstitucional tal tributação, tendo lavrado protesto em ata da sessão de 18 de dezembro de 1897, quando entrou em vigor a Lei 489, de 15 de dezembro desse ano, que submetia a descontos fiscais os vencimentos de seus ministros. Era, aliás, a doutrina de J. Barbalho contra a de Arestides Milton. A recusa de registro do Tribunal de Contas, nesse incidente Amaro Cavalcanti, levou o Supremo a novo protesto na ata de 6 de janeiro de 1909, quando David Campista expediu portaria de 14 de dezembro de 1908, reiterando os desentendimentos aos Juizes em obediência aos officios daquela Corte de controle administrativo. Conta-se que um ministro viu reduzido duma só vez a Rs. 1000,00 o seu vencimento, os vencimentos de Rs. 2.500,00. Ambos os fatos indicam o espírito público e a independência de caráter de Viveiros de Castro. Assim permaneceu até que a morte encerrou sua carreira.

### III

Traço característico do espírito curioso e penetrante de Viveiros de Castro, que se nota ao longo das várias atividades de sua carreira, levava-o a analisar a fundo os problemas que os acasos da profissão ou da função pública lhe punham sob os olhos. E, quase sempre, a pesquisa o estimulava a escrever porfiadamente sobre o assunto.

Se, p. ex., uma causa criminal de fraudes aduaneiras lhe era confiada, como lhe aconteceu ainda moço na província, daí resultariam duas monografias — "O contrabando no Direito Criminal" no Rev. de Direito (vol. 39) e "O Contrabando", editado já no Rio.

A permanência na terra natal inspira-lhe o opúsculo "O Estado do Maranhão", publicado em S. Luís em 1892, ao qual se vão juntar os "Contos cor de rosa", de 1894.

Mas a nomeação de representante do Ministério Público com a consequente vinda para o Rio viria trocar-lhe os rumos das preocupações intelectuais, dirigindo-as para os problemas da Nação.

Concorreu para isso também o ingresso no magistério superior da Faculdade Livre de Direito do Rio, da veia a ser catedrático em 1907. Funccionava em sobrado na Praça da República. Lecionou, ali, cadeira de Direito Administrativo além de reger outros cursos na Academia de Comércio, e na Faculdade de Filosofia e Letras. Fruto dessas fainas universitárias foi o "Tratado de Ciência da Administração e de Direito Administrativo", aparecido em 1906, e que veio a ter mais duas reedições.

Todavia, em 1907 já aparecera o "Tratado dos Impostos" que aumentou e enriqueceu na 2ª edição, de 1910. Até então a literatura financeira do Brasil fora dos velhos livros de Direito Fiscal de Silva Maia e José Mauricio Pereira Fernandes de Barros, pioneiros na matéria no meado do século XIX. restringia-se às obras de Amaro Cavalcanti e de Veiga Filho. Viveiros de Castro conseguiu divulgar algumas coisas novas. Sem dúvida, foi o pioneiro no Brasil a dar notícia do *special assessment* ou *betterment tax*, — a "contribuição de melhoria" dos ingleses e americanos, muitos anos depois consagrada pelas Constituições de 1934, 1946 e pela atual.

Esse volumoso livro, fiel ao substituído "Estudo teórico e prático", não se limita ao exame ontológico dos fatos financeiros. O financista, no prefácio e no corpo da obra, exterioriza seus julgamentos de valor sobre alguns problemas da época, quer no fundo, quer no Brasil, transparecendo as opções do político que talvez desejasse ter sido nos anos juvenis do Maranhão.

Insurge-se contra os expatriados empiricos dos governos brasileiros, e, no mesmo tempo, condescende com o proteccionismo alfandegário apertado, então, como causa principal da carestia da vida. Naqueles tempos, a palavra "inflação" era quase de uso, sendo desconhecida nos debates públicos do país. Combate vivamente os impostos de consumo, atribuindo-lhes a maior responsabilidade por aquela carestia. Concede que Murtinho se viu sem alternativas ao lançar mão deles como remédio extremo contra o encilhamento dos principais anos da República, mas não acredita "que o notável estadista se continuasse a dirigir a pasta da Fazenda, mantivesse integralmente o aparelho fiscal que a gravidade do momento o forçara a pôr em atividade..."

Daí então, observa-se em Viveiros de Castro o que, naqueles tempos, rareava entre os seus contemporâneos, — a preocupação pela sorte do proletariado vítima da tributação inflada e real.

Por isso mesmo, nesse tratado, encorajando a corrente de Rui e outros, defende com calor o imposto sobre a renda numa época em que nem os Estados Unidos, já em plena fase industrial e capitalista, o adotavam. "Não sei, mercê de Deus um pesadelo" — escreveu no prefácio.

Como lhe coube representar o Brasil no Congresso de Ciências Administrativas reunido em Bruxelas, em 1910, apresentou a esse conclave duas novas monografias: "A legislação da cause d'impôt publique, selon la doctrine et la jurisprudence belgiques" e "Droits de l'impôt et responsabilité des fonctionnaires publics", ambas impressas na mesma capital.

Quatro anos depois mais dois volumes se acrescentam a sua bagagem jurídica. "Estudos de Direito Público", editado por Jacinto Ribeiro, e "Direito Público e Constitucional", da Livraria Cruz Coutinho.

Nessa ocasião, o trabalhador infatigável ministrou um curso no Instituto Histórico sobre a evolução tributária do Brasil, desde a colônia.

Desnuda novo centro de interesse da sua curiosidade intelectual insfrida. Essas conferências ocupam 350 páginas do volume LXXVII da Revista daquele Instituto, sob o título de "História Tributária do Brasil", e constituem obra ainda não excedida por qualquer outra até hoje. O Senador Castro Carreira publicara em 1889, a "História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação" e Amaro Cavalcanti, em 1899 provavelmente para colaborar com a política de Rui no Governo Provisório, a inferior de carta existente na "Casa Rui Barbosa", redigiu às pressas a "Resenha financeira do ex-império do Brasil". Mas o primeiro, num alentado volume, restringe-se quase que ao resumo cronológico dos orçamentos e relatórios dos ministros da Fazenda no período monárquico. Amaro, pela própria finalidade da obra, concentra a atenção na política bancária do ocaso do Império.

Viveiros Castro fez realmente história buscando nas raízes remotas, — de que exhibe vasta documentação — o sistema que nutria a árvore tributária do ex-império. Esse notável trabalho é escassamente conhecido, por-

que não logrou ser disseminado em separata, e merece, sem dúvida, 13ª edição.

Aos 48 anos, Viveiros de Castro se poderia considerar um homem realizado. Criara justa reputação de servidor íntegro do país, professor laureado, publicista e financista. Os Tratados de Impostos e de Comércio da Administração, reeditados, alcançaram citações nos tribunais e lá se poderiam considerar clássicos do país. Integrava órgãos de diferentes círculos intelectuais, como a Sociedade de Geografia, os Institutos Históricos do Rio, Ceará e São Paulo, a Société de Legislation Comparée e a Commission Permanente des Congrès Internationaux. O Instituto dos Advogados Brasileiros conferia-lhe o título de membro honorário. Igual condecoração lhe ofereceu a Faculdade de Direito do Maranhão.

De seu feliz casamento com a primeira, D. Rosa Pargos Viveiros de Castro, colheira prole digna, que se entroncava, pelo casamento com a de Lauro Sodré, o líder paraense. Uma de suas filhas se casara com Araújo Castro, que havia de firmar um nome de prole por suas obras sobre a Constituição e sobre recente Lei de Constituintes no Trabalho. Já podia posar tranqüilamente para a posteridade.

A essa altura de sua vida, ainda moço — se não erram relatos orais, que me foram transmitidos por dependentes dos protagonistas, estava a pique de realizar os sonhos de homem d'Estado, que me parecem ter sido os da sua juventude no Maranhão.

Wenceslau Braz deveria assumir a Presidência da República a 15 de novembro de 1914, depois do conturbado quadriênio de Hermes. A situação financeira apresentava-se sombria pelas vicissitudes do Governo anterior, e, sobretudo, pelo advento da guerra com os inevitáveis efeitos sobre o comércio internacional e o nosso balanço de pagamentos. As exportações brasileiras minguavam para os Aliados e cessaram de todo para os portos dominados pelos alemães.

Parece que Wenceslau pensou em entregar a chave dos problemas a um estudioso de finanças, e Alfredo Valadão, mineiro como ele e amigo de Viveiros pelo convívio no Tribunal de Contas, sugeriu-lhe o nome para Ministro da Fazenda. Provavelmente sondagem, à guisa de consulta, chegou até Viveiros por via de Valadão.

Mas as pressões políticas afastaram Wenceslau de seu primitivo propósito. O Ministério da Fazenda coube a Sabino A. Barroso Júnior, cuja atuação fôra decisiva para êxito da candidatura de Wenceslau Braz à Presidência. E quando Sabino se exonou a 31 de maio de 1915, foi sucedido por outro mineiro, a figura luminosa de Pandiá Calógeras, que trouxera a Pesta da Agricultura e cuja "Politique Monétaire" o recomendava perfeitamente para o apinhado cargo.

Mas Amaro Cavalcanti se aposentou por Decreto de 30 de dezembro de 1914, no cargo de Ministro do Supremo e o Presidente da República nomeou, a 27 de janeiro de 1915, para substituí-lo, Viveiros de Castro, a quem, aliás, não conhecia pessoalmente.

Presidia o Supremo há meio século passado, Hermínio Espirito Santo. Compunham-no Pedro Lessa, Mel. Murtinho, Leoni Ramos, Couto Barilva, Enéas Galvão, Sebastião Lacerda, Godofredo Cunha, Muniz Barreto, Canuto Saraiva, André Cavalcanti, Coelho Campos, Oliveira Ribeiro Pedro Mibielli e Viveiros de

Castro. Este teve ingressos na câmara do Judiciário e na das mais convulsivas e dramáticas da política brasileira do primeiro terço deste século.

A câmara do Estado do Rio por Nilo Peçanha e Felício Stare, depois de embaraços judiciais, pela desmunição extensiva do *habeas corpus*, necessitava o próprio Supremo Tribunal. A medida jurídica concedida a um dos candidatos à Câmara profunda empecilho sobre Pedro Lessa e o Relator Enéas Galvão. Este se permitia publicar na "Revista do S.T.F.", sob pseudônimo julgado, anotações, criticando as opiniões e palavras do órgão auctor de "O Poder Judiciário". A réplica de Pedro Lessa é canônica e espelha a instigada vivacidade almejada pelos debates numa publicação oficial das decisões do Supremo.

"E falta a afirmação do Senhor Enéas Galvão" — escreveu Lessa, na primeira página do vol. de setembro de 1915, da Rev. S.T.F. (ano II, vol. V), acrescentando: "Foi mais tarde depois que acentei o erro crasso que envolve o Acórdão...". E finalmente: "Al está ao que se reduz a alçivosa acusação do Senhor Enéas".

E mais ainda: "Sabem todos os que frequentam o S.T.F. com que afã e com que carinho o Sr. Enéas Galvão escreve os seus votos para a imprensa, muitos meses antes de redigir os acórdãos em que tais votos foram preferidos. A leitura desse voto revela clara e seguramente que foi todo escrito pelo seu prolator. Entretanto, vindo mais tarde que a frase patenteava a maior incapacidade para apreender os rudimentos do direito, aplicáveis ao caso chama o Sr. Galvão *alcançava e falta de sinceridade* ao fato de haver eu assinado por dever de ofício a palpável cínica..." E conclui que isso "me fez conjecturar que se trata de mais um caso de miséria intelectual e moral".

Paralelamente, no Senado, suscitando reações veementes e eruchas de Rui, um projeto de João Luis Alve pretendia configurar como crime de responsabilidade e caso de impeachment a interpretação adotada pelos Ministros do Supremo quando reputada contrária à Constituição por aquela Câmara Alta.

Fululavam os pedidos de *habeas corpus* nos casos políticos de sucessão nos Estados. O ambiente do Supremo carregava-se de electricidade. Um jovem, Pontes de Miranda, publicava em 1915, livro em que estabelecia a desvirtuação do *habeas corpus* no Brasil à luz dos precedentes anglosaxônicos.

Ao lado dessas explosões político-partidárias, a rotina do Supremo consistia nos julgamentos das apelações nos feitos de interesse da Fazenda Federal. Os recursos extraordinários estavam longe de assumir o vulto de hoje. Os crimes de contrabando e de moeda falsa o ocupavam com a frequência que, hoje, pode ser comparada a dos cheques sem fundos e cigarros de maconha.

Era assim o Supremo, quando Wenceslau não colocou Viveiros de Castro, recebendo aplausos, porque se tratava de jurista, com as mesmas titulos de Amaro Cavalcanti no Direito Financeiro e Administrativo e, como ele portador de laureas do erudito em muitos setores. Revistas da época registram também o alheamento do novo Ministro as paixões políticas daquele tempo.

A "quietude plácida e burguesa do Gabinete de estudo" não se estendeu com as tarefas do juiz do S.T.F. O "trabalhador incansável" não pousou a pena nem seccou o tin-

teiro para outras lucubrações. O antigo estudo pelos estudos históricos servia-lhe de arêvão para a notoriedade dos seus amarellecidos.

Alguns quando Diretor do *Boletim de Comércio*, publicado em 1903, para comemorar o 19.º Centenário da imprensa no Brasil o *Colégio das Letras*, *Revista*, e outras publicações periódicas do Maranhão de 1901 a 1905.

O I Congresso de História Nacional em 1916, recebeu sua elaboração com a tese *Manifestação de sentimento com Nacional no Brasil* — *Relato*. A comemoração do *Constituinte pelo Decreto de 3 de junho de 1821*. Os *deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa*.

O Centenário da Independência estimulou-o a outras investigações históricas sobre o "Fico" e os r. fl. de 7 de setembro na província maranhense.

Em 1911, a "Revista do Instituto Histórico" estampou seu estudo sobre os "Franciscanos no Maranhão".

Nesse mesmo ano, precedido de prefácio e em que há uma pontinha de orgulho, reuniu em volume suas "Acórdãos e Votos". A maior parte da edição extraviou-se com o sequestro dos bens da empresa editora da "Revista do S.T.F."

Morava em casa confortável na Rua Barata Ribeiro e passava os verões em um sítio no Estado do Rio, "La Chaumière", para onde removera a maior parte da opulenta biblioteca formada, praticara a orateira, no curso de mais de 40 anos.

A par das prospeções históricas, o problema do proletariado continuava a fascinar-lo, como no início do século já transluza no "Tratado dos Impostos".

Com o fim da 1ª Grande Guerra e as discussões do Tratado de Versalhes, as reivindicações operárias repercutiram com intensidade nunca vista. A polícia caçava anarquistas. Fundou-se, nessa ocasião, o Partido Comunista Brasileiro.

As atividades de Amipino Nazaré e de outros líderes esquerdistas agitavam as massas e inquietavam os círculos conservadores e as autoridades.

Viveiros de Castro, católico convencido e praticante, mas simpático aos operários, participa da controvérsia. Proferindo uma série de conferências na Faculdade de Filosofia e Letras, reunidas em volume, em 1920, sob o título de "A Questão Social". Mostra-se familiarizado com a história das doutrinas econômicas e com a enorme literatura pró ou contra os vários socialismos. Combate-os de um modo geral, firma na crença de que as reivindicações proletárias, cuja justiça reconhece, poderiam ser alcançadas sem "necessidade de alterar fundamentalmente a estrutura social". Bastará corrigir abusos, organizar o trabalho, segundo os inflexíveis princípios do Direito e da Justiça". Contesta a afirmativa de Rua, na conferência do Lirico, de 1918, de que seria necessária a reforma constitucional para alcançar-se esse desideratum.

Poderá parecer utópico e ingênuo, mas o quadro atual dos Estados Unidos, Alemanha Federal, Suíça e de outros países confirma suas esperanças. E a própria política econômica e fiscal da "General Theory" de Lord Keynes, através de elaborada revisão das idéias econômicas, conduz à mesma conclusão.

Em 1927, sentindo a saúde alquebrada, procurou melhores numa estação de águas, onde a trombose veio a prostrá-lo, obrigando-o a regressar a São Paulo. Num quarto do Hotel Esplanada, veio a falecer a 14 de maio de 1927.

Os meios cultos do Rio levaram os seus despojos ao Cemitério de São João Batista, onde repousa aquela que se orgulhava de ser, como realmente foi, o "trabalhador incansável".

Um rio de águas mansas, entre terras suavemente onduladas, a reflecte sob céu eternamente azul e amplo a vegetação frondosa das margens, sem o freio das cataratas. Em certos do leito nas secas acidentadas. Um rio benéfico, que secundava tudo ao longo do curso, dando a todos sombra, flores e frutas.

Assim foi a vida calma e laboriosa de Augusto Olímpio Viveiros de Castro, fidalgo não apenas pelas origens, a que nunca fez alusão, mas pelo trato ameno conciliante e logo, despoito do temperamento reservado. Mestre de algumas gerações pelas cátedras que regou e pelas obras ricas e inexcedidas, neste país, a seu tempo. Jornalista, advogado, juiz, conferencista, financista, publicista, rudito e historiador. Exemplo de honra, austeridade, independência, fidelidade ao dever e amor ao estudo. Um dos maiores e mais sábios deste Supremo Tribunal Federal, que dele se envidoece.

Transcrevendo, pois, Sr. Presidente, nos anais do Senado, o discurso do eminente Ministro Aliomar Baleeiro, desejo prestar homenagem ao caudoso Ministro Viveiros de Castro, que tanto honrou o meu Estado, a minha terra, e ao mesmo tempo a cultura e inteligência brasileiras, na pessoa do eminente Ministro Aliomar Baleeiro. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Júlio Leite.

#### JULIO LEITE

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, tenho a oportunidade de referir-me, desta tribuna, ao virtual isolamento em que se encontra o Estado de Sergipe, situação que agora se repete, com a nova interdição da pista do Aeroporto de Aracaju, para recapamento. Não possuindo linha regular de navegação, o acesso ao meu Estado só pode ser feito por via ferroviária, ou através de rodovia, para quem demanda o seu território, partindo do sul do país. A reconhecida deficiência dos trens que ligam Sergipe à Bahia, junta-se a precariedade do tráfego rodoviário entre as duas unidades da Federação, uma vez que o trecho de 43 km entre Rio Real e Esplanada não se encontra consolidado, exigindo em certas ocasiões, esforço superior a duas horas e meio para ser vencido. Para os que vêm do Norte, há o problema ainda não solucionado da travessia do rio São Francisco, feita com dificuldade, através de um moroso sistema de balsas.

No que se refere às comunicações telegráficas, operam-se elas até hoje por um circuito de teletipo, duplicado com Macaé e Salvador, circunstância que limita extraordinariamente sua capacidade de utilização, sendo o transporte de malas aéreas feito entre Salvador e Aracaju, por via rodoviária.

Esta situação, Senhor Presidente, levou-me a endereçar aos Ministros da Aeronáutica, das Comunicações e dos Transportes, requerimentos de informações, dois dos quais acabam de ser respondidos. Cumprindo o hábito a que me impus, de comentar para conhecimento da Casa e do país, os esclarecimentos prestados nas respostas às minhas interpelações, desejo assinalar que os expedientes de Suas Excelências, os senhores Ministros da Aeronáutica e das Comunicações, confirmam inteiramente esses fatos, e, mais do que isso, revelam uma pers-

pectiva para a solução do problema que não é das mais promissoras.

O Ministro Márcio e Souza Velloso, informando pelo Aviso nº 033, de 18 de agosto último, autuado em 18 de agosto, que as obras do Aeroporto de Aracaju são apenas de "reparos na pavimentação e na drenagem, tendo sido iniciadas em 10 de fevereiro do ano em curso". Já ainda o documento que "as obras das 232 mil 141 cruzeiros novos e que o prazo contratual para sua conclusão é de 180 dias". Ora, Senhor Presidente, se o prazo contratual é de 180 dias, e a obra foi iniciada em 20 de fevereiro, era de se supor, que estivessem concluídas em 20 de agosto. Isto, no entanto, não ocorreu, já que o Aeroporto continua, ainda hoje, vedado, pela segunda vez neste ano, ao tráfego de aeronaves comerciais. Deduzo daí, que as condições contratuais relativas ao prazo de conclusão — pelo menos essas — não estão sendo cumpridas, o que exige a atenção e as medidas cabíveis, por parte da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica.

Medida desta ordem, Senhor Presidente, que talvez não tivesse maior repercussão em outros Estados, assumo para Sergipe, proporções de consequências danosas, quando se sabe, pela própria informação do Ministério, em resposta ao questionário de meu requerimento que em todo o território sergipino, "não existe outro aeroporto homologado que possa servir de alternativa para operações com aviões comerciais". E isto, Senhor Senhores, porque o Plano Aeroviário Nacional, que foi aprovado pelo Congresso, tem que prever a emergência, em razão das disposições restritivas quanto ao aumento de despesa, segundo o Ato Institucional, "incluindo somente o aeroporto de Aracaju, no Estado de Sergipe". A cidade de Estância, que possui uma pista de pouso ou, com pequena ampliação, poderia servir de alternativa de emergência, como neste caso, porém, para aeronaves de porte do DC-3, não foi, pela razão que não quer, incluída na lei que aprovou o Plano Aeroviário Nacional. E aqui poderíamos voltar ao Poder Executivo, considerando as imperiosas razões que expus, se dispuser a tomar a iniciativa de propor a alteração do Congresso, já que a atual Constituição, não o faz.

Inaugurado por mim o Ministério da Aeronáutica, se, antes da assinatura do contrato para a realização das obras na pista de Aracaju, examinasse a alternativa de liberar, para pouso de aviões comerciais do tipo DC-3, o antigo aeroporto existente na capital do meu Estado, o que teria atenuado os efeitos desta isolação na região aérea. A resposta do titular da Pasta da Aeronáutica informava-me, quando foi "programada a realização das obras, segundo de antemão a possibilidade de interdição parcial ou total da pista, se cogitou o aproveitamento do antigo campo de pouso de Aracaju, hipótese que foi descartada, tendo em vista o risco das obras que teria de ser realizadas". E, então, Senhor Presidente, que para uma breve interdição, não se justificava a aplicação de recursos? Mas isto, na realidade, não ocorreu. A interdição que pesa sobre o Aeroporto de Aracaju, é a segunda deste ano. Quero crer que, se considerarmos as circunstâncias, e mais ainda o fato de que os aviões DC-3 e Curtiss operam em pistas não asfaltadas, as obras de adaptação provisória se justificam na emergência, tanto mais quando nessa terra, talvez pudesse contar o Ministério da Aeronáutica, com o eventual concurso do Governo do Estado. Essa adaptação provisória, talvez atenuasse a emergência do conserto do sistema de drenagem e de reparos no asfaltamento da pista

atualmente vedada ao tráfego, justificando, até mesmo, uma interdição mais longa para que, de uma vez, se executasse a ampliação do campo de pouso, com vistas à futura operação de aeronaves de maior porte do que aquelas para as quais o aeroporto está liberado, quando em regime de tráfego.

No seguimento requerimento de informações, endereçado ao Ministério das Comunicações, indaguei de Sua Excelência, tendo em vista não existir ligação em circuito de teleco com Aracaju, se estava prevista a implantação de um melhoramento, no plano da Rede Nacional de Teleco do DCT. Informa Sua Excelência que sim, "de acordo com o EMBRATEL completo a instalação de seu Tronco Nordeste de Micro-Ondas, cuja licitação já foi realizada, estando a conclusão prevista para dentro de 24 meses". Isto indica, Senhor Presidente, que se daqui a dois anos, poderão os sergipinos beneficiar-se desse adiantamento, que significa a solução econômica e prática e imediatamente recomendada para os nossos problemas de comunicações telegráficas. Até lá, deveremos contentar-nos com a precariedade do sistema atual, que faz depender nossas comunicações dos circuitos de Salvador e Maciã. No que se refere à ampliação do sistema telegráfico do interior do Estado, e ainda o titular das Comunicações quem informa "não existir obra para o teleco telegráfico no Estado de Sergipe". Vale dizer que, no corrente exercício, nenhuma ampliação era feita na rede existente do DCT em nosso Estado. Resta-nos o consolo, Senhor Presidente, de esclarecer o Ministro Carlos Furtado de Simas, que o DCT destacou, dos recursos orçamentários deste ano, para melhorar as redes, a importância de 23 mil 600 cruzeiros novos e 20 centavos, destinados à reconstrução das linhas entre Marom-Ricardo do Catete e segundo informa textualmente a informação, entre Catete e Agua Branca, além de obras entre Carrapiço-Pedra-Neópolis e reconstrução das linhas existentes em Carrapiço e São Pedro, na Ilha do Solim, no Rio São Francisco.

Ai está, Senhor Presidente e Senhores Senhores, o quadro exatíssimo do que existe em nosso Estado, em matéria de comunicações aéreas e telegráficas. E, aguardando, para completá-lo, as informações que serão prestadas pelo Ministro Carlos Furtado de Simas, na oportunidade em que Sua Excelência responder aos questionários que lhe submeti, a respeito dos recursos destinados à consolidação definitiva e ao capeamento asfáltico da BR-101, no trecho Rio Real — Esplanada, dada a essencialidade dessa rodovia, para a economia do meu Estado.

Quanto a esse estado de coisas, Senhor Presidente, nada pode a representação política de Sergipe. Das obras aqui um indelével quer ao dar divulgação a esse quadro, em nome da coletividade sergipina. Estou certo de que, ao fazê-lo, estou atendendo aos imperativos mais patrióticos, pois tenho o objetivo de pedir a atenção das autoridades superiores da Administração federal, para as precárias condições em que, nesse setor, se debate o meu Estado, com inevitáveis prejuízos para a sua incipiente economia. Falo, Senhor Presidente, em nome de todos os sergipinos que lutam dia a dia contra a adversidade de uma contingência econômica e geográfica, que há de ser vencida, pela tenacidade e pelo amor de seus filhos. Integro-me nesta luta e dela participo, convito de que o Brasil há de nos ouvir, com o mesmo entusiasmo o mesmo ânimo generoso com que os sergipinos ouviram até hoje, todos os apelos do Brasil. (Muito bem. Muito bem).

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Dinarte Mariz. **DINARTE MARIZ** — Sr. Presidente, Sr. Senadores, venho, perante o Senado, nos termos regimentais, pedir a transcrição nos Anais da Casa da entrevista concedida pelo eminente Presidente Arthur da Costa e Silva e publicada em todos os jornais do País.

Tenho a impressão de que foi um dos documentos mais importantes que tivemos, nestes últimos meses, ocasião de apreciar, porquanto revela, realmente, o caminho traçado para a administração do atual Presidente da República.

No setor administrativo a atuação de Sua Excelência foi positiva, negativamente, fato este até reconhecido pelos próprios opositores de sua política, pois, pela primeira vez, de dez anos a esta parte, verificou-se um estabelecimento no custo-de-vida, principalmente no que se refere aos salários de primeira necessidade.

No campo do trabalho estamos informados que foi alocada grande parte de braços disponíveis de nosso País.

Aqui em Brasília, posso afirmar, lembrando-me em dados específicos, que cerca de vinte mil trabalhadores têm ocupação na indústria civil, na construção civil. Por todo o Brasil se faz sentir a mesma coisa. O Plano de Habitação, a meu ver, constitui, realmente, uma medida extraordinária, porque, através dele não somente hoje se constrói por todos os rincões do País, como é proporcionado emprego à população marginal de maneira positiva.

Dentro em breve, estou certo — teremos, com a política adotada no setor de cabotagem, uma das grandes vitórias da administração atual. O setor que estava em terceiro lugar na absorção das novas vagas, antes de um ano, talvez, já estará equilibrado, consequentemente, tal por diante haverá lucros apreciáveis quando, anteriormente, era deficitário.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que, a quase todos os setores da Administração Pública, o Governo trouxe um alento, mostrando à Nação que não é possível se retomar o desenvolvimento sem se desviar a paralisação, digamos assim — do sistema inflacionário.

Hoje, parece-me estar o Brasil inteiro sentindo que caminhamos para o desenvolvimento sem precisar ancorar mão de medidas inflacionárias como as que tanto angustiaram o País no passado.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende — O discurso de V. Ex. faz justiça à administração Costa e Silva. Quando pretendo estabelecer um confronto entre os dois períodos governamentais mencionários, digo que o primeiro Presidente Castello Branco realizou duas grandes etapas: o saneamento e a organização. O saneamento da economia e a organização dos serviços públicos. E o Governo Costa e Silva está iniciando a etapa do desenvolvimento em todos os âmbitos da atividade nacional.

O SR. DINARTE MARIZ — Obrigado a V. Ex.

Sabemos nós, quando assumiu o Governo o Presidente Costa e Silva, das dificuldades que encontrou no setor da educação. Grande número de estudantes sem ter onde fazer as suas matrículas no curso superior; os chamados excedentes e ele, num gesto humano, corajoso, resolveu o problema dentro de poucos dias. Sabemos

todos que, recentemente, ele acabou para o País com a extinção do analfabetismo. Sabemos que os rumos traçados são cuidadosamente seguidos no período de sua execução. Portanto não temos dúvidas de que, no setor da educação, o Governo atual está à altura de solucionar os problemas raciais.

Sabemos nós que em todos os outros setores, no setor da política externa, aqui sempre em defesa dos nossos direitos, como sucedeu no Congresso Cofreço realizado em Londres. Sabemos que defendeu os interesses de nosso País com patriotismo e com coragem. Sabemos que, no tocante à energia nuclear foi inflexível na defesa dos interesses, no caso fundamentais, do Brasil, adotando o caminho dessa energia para fins pacíficos. Sabemos que temido, a política do Presidente Costa e Silva uma política modelar, interna e externamente, pois continua propiciando a paz para que todos possam trabalhar.

Nunca em País, de muitos anos a esta data atravessou uma fase de tanta calma, de tanta ordem, de tanta tranquilidade como vem acontecendo nestes seis meses do Governo Costa e Silva. E nesta altura, de um administrador deste porte, não podemos senão proclamar que deseja a harmonia de todos os brasileiros em torno de um trabalho edificante e construtivo, para que as gerações futuras sejam usufrutuárias dos frutos dos esforços e do sacrifício desta geração mais valiosa da minha geração.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência deve saber que cada cidadão em sua juventude. E o caso justamente de Vossa Excelência.

O SR. DINARTE MARIZ — Estou muito cioso do que representa a minha geração e é com muito orgulho que vejo um Senador novo de outra geração, ao nosso lado, compreendendo a posição daqueles que, na minha idade, ainda lutam em defesa do interesse nacional e podem dizer, Senhor Presidente, que o Brasil continuará a ser o País do futuro, mas que tem esperança de, na velhice, poder dizer que o Brasil é o País do presente.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, com estas palavras tenho a impressão de que, embora sem o brilho que outros poderiam ter nesta tribuna, analisei um pouco do que significa a grande administração, o grande momento que o Brasil está vivendo na administração do presidente Costa e Silva, e quando me refiro a administração Costa e Silva ou o fato não me refiro na qualidade de Senador integrante das forças que o apoiam, mas principalmente como nordestino que teve e está tendo, na administração atual, a grande esperança de ver os problemas de sua região resolvidos. E seguindo o rumo que está seguindo, que está sendo introduzido pelo atual Presidente da República, de trabalho e de correção, será seguido, daqui por diante, por outros administradores que estejam à Presidência da República.

O Sr. Eurico Rezende — Permite Vossa Excelência outro aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Nenhum mais credenciará nesta Casa para festejar o início vitorioso da administração Arthur da Costa e Silva, o que Vossa Excelência, porque Vossa Excelência foi o primeiro Senador, nesta Casa, no período ainda pênico da candidatura Costa e Silva, a adotá-la, num discurso que assinalou o primeiro esforço eleitoral do Senado da República em favor daquela candidatura. Então, quando Vossa Excelência se congratula com o País

pelo êxito vestibular que se assinala na administração Costa e Silva, Vossa Excelência adquire mais uma vez a certeza de que estava bem inspirado quando, rompendo até conhecidas conveniências então existentes, rasgou o véu e colocou na ribalta do Senado, a candidatura Arthur da Costa e Silva.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Muito grato a Vossa Excelência pelo seu apelo. Mas devo dizer que não foi somente como Senador da República que acompanhei a candidatura Costa e Silva. Foi, sobretudo, como homem que vinha da revolução e que estava convencido de que o caminho a tomar no futuro expressaria, um dia, a realização dos ideais da revolução.

Estou certo, Senhor Presidente, de que a política que está fazendo o Senhor Presidente da República é a política revolucionária, e é a política que vai construir a riqueza do Brasil, que vai equilibrar as nossas finanças, que vai dar estabilidade econômica a este País. Então, poderemos dizer ao mundo inteiro que estaremos num regime democrático. Não acredito, Senhor Presidente, em Democracia sem o alicerce, a base, os principais pilares do poder econômico. Conheço o mundo quase todo e nunca vi em nenhum país subdesenvolvido o exercício pleno da Democracia. Portanto, a palavra Democracia, como eu a traduzo, significa o governo lastreado numa economia desenvolvida. Onde não há base econômica, onde não alicerce econômico, não há Democracia. É o que o Marechal Costa e Silva está fazendo, nesta hora, é construir os alicerces da Democracia brasileira. (Muito bem Palmas)

É o seguinte o requerimento enviado à mesa:

#### REQUERIMENTO Nº 790, DE 1960

Nos termos do artigo 212, letra V, do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado, da entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República à imprensa nacional e estrangeira, no dia 15 do corrente.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — *Dinarte Mariz.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais oradores inscritos.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, irei declarar encerrada a sessão, convocando-os, antes, para uma sessão extraordinária, hoje, às 18,30 horas, com a seguinte.

#### ORDEM DO DIA

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DE 19 DE SETEMBRO DE 1967  
AS 18,30 HORAS

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1967, (nº 3.860-B-66 na Casa de origem), que abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — créditos suplementares de Cr\$ 60.000.000, para atender as despesas referentes a substituições legais, tendo Parecer contrário, sob nº 579, de 1967 da Comissão de Finanças.

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (Reino da Líbia)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 476-67 (nº de origem 596-67) pela qual o Sr.

Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Frederico Chermont Lisboa, para exercer, em caráter cumulativo com a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tunísia, a de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Reino da Líbia.

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

(Governo da Quênia)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 477-67 (nº 597-67 na Presidência da República) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Fränk Henri Teixeira de Mesquita para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Quênia.

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

(Etiópia)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 478-67 (nº 598-67 na Presidência da República) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor João Graciele Amprea para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Sua Majestade Imperial Haile Selassie I, Imperador da Etiópia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16,50 horas)

#### ATA DA 135ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1967

#### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura Extraordinária

#### PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Jose Guomard  
Oscar Passos  
Flavio Brito  
Edmundo Levi  
Desiré Guarani  
Milton Trindade  
Moura Palha  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
José Cândido  
Sigefredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaza  
Ruy Carneiro  
João Cleofas  
Pessoa de Queiroz  
José Fmrio  
Leandro Maciel  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindemberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Aarão Steinbruch  
Marcello de Alencar  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Lima de Mello

João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Renato Silva  
Guido Mondim  
Mem de Sá

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa projetos de resolução, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 1937

Torna sem efeito a nomeação de Geraldo José de Sá, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Auxiliar-Legislativo.

#### O Senado Federal resolve:

Artigo único — Fica sem efeito a nomeação feita de acordo com o artigo 85, alínea c, item 2, da Resolução nº 2, de 1959 — de Geraldo José de Sá, candidato habilitado em concurso público, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar-Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

#### Justificação

O aludido candidato foi aprovado em concurso público para o cargo inicial da carreira de Auxiliar-Legislativo desta Casa. Todavia, como já tomou posse em igual cargo na Câmara dos Deputados, solicitou fosse tornada sem efeito sua nomeação para o Senado Federal.

Assim justificado, submetemos a matéria à apreciação do Plenário. Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Gilberto Marinho* — *Dinarte Mariz* — *Victorino Freire* — *Edmundo Levi* — *Raul Giuberti.*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 1937

Aposenta Leopoldina Ferreira Neves, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

#### O Senado Federal resolve:

Artigo único — É aposentada, de acordo com os artigos 100, item III, § 1º, e 101, item I, alínea a, da Constituição Federal, combinados com os artigos 349, da Resolução nº 6, de 1960 e 1º da Resolução nº 16, de 1933, mais a gratificação adicional a que faz jus, a Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado, Leopoldina Ferreira Neves.

#### Justificação

Leopoldina Ferreira Neves solicita sua aposentadoria, após 30 anos de dedicados serviços.

A funcionária em apreço, sempre discreta e distinta, deu o melhor de seus esforços ao serviço público, principalmente à Secretaria Geral da

Presidência desta Casa, onde se encontra lotada, desde 1946.

Assim justificado, submetemos o assunto à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Gilberto Marinho* — *Dinarte Mariz* — *Victorino Freire* — *Edmundo Levi* — *Raul Giuberti.*

de resolução que acabam de ser lidas, de autoria da Comissão Diretora, serão publicados e incluídos em Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Item 1º:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1967 (nº 3.860-B-66, na Casa de origem), que abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — créditos suplementares de Cr\$ 60.000.000, para atender as despesas referentes a substituições legais, tendo Parecer contrário, sob nº 579, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado. O projeto vai ao Arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado e arquivado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1967

(Nº 3.860-B-66 na Casa de origem) Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — créditos suplementares de Cr\$ 60.000.000, para atender a despesas referentes a substituições legais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o crédito suplementar de sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 60.000.000), destinado ao pagamento das despesas efetuadas com a substituição de seus juizes e auditores.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Itens 2, 3 e 4:

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

(Reino da Líbia)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 476-67 (número de origem 596-67), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Frederico Chermont Lisboa, para exercer, em caráter cumulativo com a função, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tunísia, a de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Reino da Líbia.

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

(Governo da Quênia)

Discussão em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 477-67 (nº 597-67 na Presidência da Repú-



ca) pela qual o Sr. Presidente da pública submete ao Senado a escolha do Sr. Franck Henri Teixeira de Aquila para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Quênia.

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

(Etiópia)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 478-67 e 598-67 na Presidência da República) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. João Gracie Lampreia para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Sua Majestade Imperial Haile Selassie I, Imperador da Etiópia.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, peço aos Srs. Membros da Mesa que tomem as providências de direito.

(A sessão transforma-se em secreta às 18.40 horas e volta a ser pública às 18 horas e 50 minutos.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está reaberta a sessão pública.

Não há oradores inscritos. (Pausa.) Lembro aos Srs. Senadores que, hoje, às 21 horas e 30 minutos, haverá reunião do Congresso Nacional, para apreciação de Projeto oriundo do Executivo.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a de amanhã, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão em 20 de setembro de 1967 (quarta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de

1967, (nº 344-A 367, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que revoga as Leis ns. 3.739, de 4 de abril de 1969 e 5.039, de 20 de junho de 1966, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso, tendo pareceres sob ns. 596 e 597, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo, favorável e de Finanças, contrário.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1967 (nº 353-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e o art. 3º da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e dá outras providências, tendo pareceres sob ns. 599 e 600 de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável nos termos do substitutivo que oferece; de Finanças, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1967, nº 427-B, de 1967, na Casa de origem de iniciativa do Sr. Presidente da República, que prorroga, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras b e c do Item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965, tendo parecer sob nº 598, de 1967, da Comissão de Finanças favorável com a emenda que oferece.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1967, nº 428-B, de 1967, na Casa de origem de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a mudança do Aeroporto de Uruguaiana para Aeroporto Rubem Berta. —

Parecer favorável sob nº 586-67, da Comissão de Projetos do Executivo.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 133, de 1965 de autoria do Sr. Senador Heribaldo Vieira que adapta o Regimento Interno ao Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tendo parecer, sob nº 191, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento.

6

Discussão, em turno único do Requerimento nº 612, de 1967, de autoria do Sr. Senador Moura Palha, solicitando seja transmitido ao "O JORNAL", pelo transcurso do seu quadragésimo oitavo aniversário, os votos de congratulações desta Casa, tendo parecer favorável, sob número 527, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 751, de 1967, de autoria do Senhor Senador Lino de Mattos solicitando informações ao Ministro da Fazenda.

8

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 760, de 1967, pelo qual o Senhor Senador Desiré Guarani solicita ao Ministério do Interior informações sobre quais as empresas e instituições já declaradas pela SUDAM como de interesse para o desenvolvimento da área amazônica para efeito do artigo 2º do Decreto-lei nº 291 de 28 de fevereiro de 1967, e as providências adotadas pelo Banco da Amazônia S. A. para a utilização das fontes de recursos financeiros permitidos pelo art. 2º da Lei nº 5.122 de 28 de setembro de 1966.

9

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 761, de 1967, pelo qual o Senhor Senador Desiré Guarani solicita informações ao Minis-

tério da Fazenda sobre quais as providências até agora já adotadas para cumprimento da Lei nº 4.087 de 7 de julho de 1962 e quais as instituições bancárias existentes no País com capital igual ou inferior ao do Banco da Amazônia S. A. .... (NCR\$ 150.000,00).

10

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 733, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Ministro da Fazenda.

#### PROJETO EM CURSO NO CONGRESSO NACIONAL

Constituição, art. 54, § 3º)

Projeto nº 9, de 1967 (CN).

EMENTA: dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

A ser emendado perante a Comissão Mista nos dias 15, 18, 19, 20 e 21 do corrente mês.

#### PROJETOS DE RESOLUÇÃO QUE ALTERAM O REGIMENTO INTERNO

Encontram-se sobre a Mesa durante três sessões, a fim de receberem medidas (Regimento Interno), art. 407, § 1º).

Nº 70-67, que dispõe sobre as Comissões Permanentes do Senado.

Nº 71-67, que dispõe sobre o funcionamento das Comissões Permanentes do Senado, regula a constituição de Sub-Comissões e dá outras providências.

Nº 72-67, que cria a Comissão Especial de Regulamentação Constitucional, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 50 minutos)

## MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)  
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)  
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)  
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)  
 4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)  
 Vice-Líderes:  
 Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)  
 Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)  
 Antônio Carlos — (SC)  
 Rui Palmeira — (PB)  
 Manoel Vilaca — (RN)  
 Vasconcellos Torres — (RJ)

## DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

## Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)  
 Adalberto Senna — (ACRE)  
 Lino de Mattos — (SP)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio  
 Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

TITULARES  
 José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleophas  
 Teotônio Vilela  
 Júlio Leite

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedito Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermírio  
 Márcio Martins  
 Secretário: Ney Passos Dantas.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos  
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

TITULARES  
 Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrólio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Rui Palmeira

## SUPLENTE

Vasconcelos Torres  
 Daniel Krieger  
 Benedito Valladares  
 Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Menezes Pimentel  
 Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho

Araújo Steinhilber  
 Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.  
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão  
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

TITULARES  
 José Feliciano  
 Lobão da Silveira  
 Petrólio Portela  
 Eurico Rezende  
 Atílio Fontana

## SUPLENTE

Benedito Valladares  
 Adolpho Franco  
 Arnon de Melo  
 José Leite  
 Mello Braga

## MDB

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Secretário: Alexandre Mello.  
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna  
 Lino de Mattos

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## TITULARES

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Júlio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel

## SUPLENTE

José Leite  
 João Cleophas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres

## MDB

Mário Martins  
 Pedro Ludovico  
 Lino de Mattos

José Ermírio  
 Josaphat Marinho  
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## TITULARES

Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Benedito Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrólio Portela

## MDB

Adalberto Senna  
 Lino de Mattos

Antônio Balbino  
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa  
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## TITULARES

João Cleophas  
 Mem de Sá  
 José Leite  
 Leandro Maciel  
 Manoel Vilaca  
 Clodomir Milet  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco  
 Paulo Sarasate  
 Carvalho Pinto  
 Fernando Corrêa

## SUPLENTE

Antônio Carlos  
 José Guomard  
 Daniel Krieger  
 Petrólio Portela  
 Atílio Fontana  
 Júlio Leite  
 Mello Braga  
 Carlos Lindenberg  
 Celso Ramos  
 Teotônio Vilela  
 Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
 José Ermírio  
 Lino de Mattos  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## TITULARES

Ney Braga  
 Atílio Fontana  
 Adolpho Franco  
 Domicio Gondim  
 João Cleophas

## SUPLENTE

Júlio Leite  
 José Cândido  
 Rui Palmeira  
 Arnon de Melo  
 Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz  
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.  
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: Jose Candido

## A R E N A

## TITULARES

Petronio Portela  
Domício Gondim  
Alvaro Maia  
Jose Candido  
Mello Braga  
Julio Leite

## SUPLENTE

Jose Guimard  
Jose Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

## M D B

Aarao Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgilio

Bezerra Neto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

## A R E N A

## TITULARES

Domício Gondim  
Jose Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

## SUPLENTE

Jose Feliciano  
Mello Braga  
Jose Guimard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

## M D B

Josaphat Marinho  
Jose Ermirio

Aarao Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

## COMISSÃO DE POLICONO DAS SECAS

(6 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

## A R E N A

## TITULARES

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Julio Leite  
Duarte Filho

## SUPLENTE

Menezes Pimentel  
Jose Leite  
Domício Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

## M D B

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## A R E N A

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antonio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

## SUPLENTE

Jose Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

## M D B

Jose Ermirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antonio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarao Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

## A R E N A

## TITULARES

Teotônio Villela  
Antonio Carlos  
Jose Feliciano  
Lobão da Silveira

## SUPLENTE

Felinto Muller  
Mem de Sá  
Jose Leite  
Jose Guimard  
Bezerra Neto

## M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## A R E N A

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antonio Carlos  
Jose Candido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
Jose Guimard  
Jose Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

## M D B

Pessoa de Queiroz  
Aarao Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

## A R E N A

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

## SUPLENTE

Julio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
Jose Candido

## M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

## A R E N A

## TITULARES

Paulo Torres  
Jose Guimard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
Jose Candido

## SUPLENTE

Atílio Fortana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Julio Leite

## M D B

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
 Vice-Presidente: Arnon de Melo

**A R E N A****TITULARES**

Vasconcelos Torres  
 Carlos Lindenberg  
 Arnon de Melo  
 Paulo Torres  
 José Guilomard

**SUPLENTE**

José Feliciano  
 Antonio Carlos  
 Manoel Villaga  
 Menezes Pimentel  
 Celso Ramos

**M D B**

Arthur Virgílio  
 Adalberto Sena  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Lino de Mattos  
 Aarão Steinbruch

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite  
 Vice-Presidente: Lino de Mattos

**A R E N A****TITULARES**

José Leite  
 Celso Ramos  
 Arnon de Melo  
 Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Guilomard  
 Petronio Portela  
 Domicio Gondin  
 Carlos Lindenberg

**M D B**

Lino de Mattos  
 Secretária: Carmelita de Souza  
 Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

Arthur Virgílio

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guilomard  
 Vice-Presidente: Clodomir Milet

**A R E N A****TITULARES**

José Guilomard  
 Fernando Corrêa  
 Clodomir Milet  
 Alvaro Mala

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Flinto Muller  
 Sigefredo Pacheco

**M D B**

Adalberto Sena  
 Secretário: Alexandre Mello  
 Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos